



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-
GRADUAÇÃO
PPGSSI - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

DISSERTAÇÃO

**AS REPRESENTAÇÕES E IDENTIDADES SOCIAIS DO
POLICIAL SOBRE A POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO
RIO DE JANEIRO**

Jéssica Farias Nevôa

Seropédica, RJ

Janeiro de 2020



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-
GRADUAÇÃO
PPGSSI - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

JÉSSICA FARIA NEVÔA

**AS REPRESENTAÇÕES E IDENTIDADES SOCIAIS DO POLICIAL
SOBRE A POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Pesquisa apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestre acadêmico em Psicologia. Curso de Pós-graduação em Psicologia – Linha de Pesquisa Processos Psicosociais e Coletivos da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Orientador: Professor Dr Denis Giovani Monteiro Naiff

Seropédica, RJ

2019

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

N499r Nevôa, Jéssica Farias, 1990-
As Representações e Identidades Sociais do Policial
Militar sobre a Polícia Militar do Estado do Rio de
Janeiro / Jéssica Farias Nevôa. - Rio de Janeiro, 2020.
93 f.: il.

Orientador: Denis Giovani Monteiro Naiff.
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Programa de Pós Graduação em
Psicologia, 2020.

1. Representações Sociais. 2. Identidades Sociais.
3. Polícia Militar. I. Naiff, Denis Giovani Monteiro ,
1971-, orient. II Universidade Federal Rural do Rio
de Janeiro. Programa de Pós Graduação em Psicologia
III. Título.

"O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal
de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001"

"This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível
Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001"

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA- PPGPSI

JÉSSICA FARIA NEVÔA

**AS REPRESENTAÇÕES E IDENTIDADES SOCIAIS DOS POLICIAIS
MILITARES SOBRE A POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE
JANEIRO**

Pesquisa apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestre acadêmico em Psicologia. Curso de Pós-graduação em Psicologia – Linha de Pesquisa Processos Psicosociais e Coletivos da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Dr Denis Giovani Monteiro Naiff

Banca Examinadora:



Dr. Denis Giovani Monteiro Naiff (Orientador)
UFRRJ- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro



Dr. Antonio Marcos Tosoli Gomes (Banca Externa)
UERJ- Universidade Estadual do Rio de Janeiro



Dr. Rafael Moura Coelho Pecly Wolter (Banca externa)
UFES- Universidade Federal do Espírito Santo

Janeiro Seropédica, RJ

2020

DEDICATÓRIA

Aos meus mestres universais que me sustentam e me equilibram. Aos policiais vitimados em combate. Ao meu mestre avô Mario José (In Memoriam) por ter me ensinado o caminho do bem, da caridade e do amor. A todos os mestres professores que passaram na minha jornada de pesquisa e agregaram ao meu caminhar acadêmico. Dedico a CAPES que proporcionou o investimento necessário para esta pesquisa.

AGRADECIMENTOS

A força unânime e universal que tudo rege e me fortalece, aos meus amigos e companheiros bem feitores da luz e da paz, aos meus mestres pelos ensinamentos de amor e caridade, aos meus ancestrais como forma de gratidão ao caminho percorrido até aqui,

Aos honrosos heróis tombados em combate, que a lembrança de vós permaneça em nossas memórias para que possamos pensar em outros caminhos que não o sacrifício de vidas,

Ao meu mestre amado, Mário José (In Memoriam), pelos ensinamentos de amor ao estudo, pela força de vida pautada na caridade e no bem,

Aos meus pais pela vida, aos meus avós, em especial minha avó Vera Lúcia, pelos ensinamentos diários de simplicidade e humildade, aos meus padrinhos e familiares pelo amor devotado a mim, aos meus primos Amanda Farias, Verônica Alencar, Luana Farias e Vinícius Santana, que vocês nunca deixem apagar a chama do conhecimento, pois esta é a única verdade através da qual logramos a liberdade mental, ao meu irmão Gabriel Rodrigues pela oportunidade de ser um exemplo para ti,

Ao meu companheiro e parceiro de caminhada, Fernando Sanção, pelo exemplo de força e resignação, de fé e determinação, pelos ensinamentos de amor e por ter dado o primeiro passo para este magnífico trabalho,

Ao meu psicólogo Haendel por me ajudar a manter o equilíbrio mental, um grande exemplo de profissional,

Aos honrosos policiais Sargento Vagner e Cabo Bezerra, meus amigos amados, ao Capitão Aydano Reis, ao Tenente Barreto, ao Capitão Ulisses, ao Capitão Martinez e a CEFAP, ao Coronel Lima pelo respeito ao meu trabalho e por acreditarem na ciência como potência,

Aos heróis praças da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro bravos guerreiros, façam a paz, levem a ordem carregada de respeito. A verdadeira honraria é aquela que trazemos no peito. Hurra.

Ao meu orientador Denis Naiff por ter acreditado na minha proposta,

As minhas amigas de mestrado, algumas já mestres, pela dedicação, pelos conselhos, em especial minhas amigas Carolina e Martina que sempre me apoiam e estiveram ao meu lado.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEFAP= Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças

PMERJ= Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro

UPP= Unidade de Polícia Pacificadora

FEMs= Policial Feminina

EQPC= Estágio de Qualificação de policiamento comunitário

LISTA DE TABELAS

1.	Tabela 1: Análise prototípica da evocação 1	47
2.	Tabela 2: Análise prototípica da evocação 2	50
3.	Tabela 3: Análise prototípica da evocação 3	53
4.	Tabela 4: Análise prototípica da evocação 4	56
5.	Tabela 5: Análise de conteúdo da questão 1	64
6.	Tabela 6: Análise de conteúdo da questão 2	69
7.	Tabela 7: Análise de conteúdo da questão 3	73

LISTA DE FIGURAS

1	Figura 1: Análise de similitude da evocação 1	48
2	Figura 2: Análise de similitude da evocação 2	52
3	Figura 3: Análise de similitude da evocação 3	54
4	Figura 4: Análise de similitude da evocação 4	58

Nevôa J. F. (2020) **AS REPRESENTAÇÕES E IDENTIDADES SOCIAIS DO POLICIAL MILITAR SOBRE A POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.** Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Educação pró-reitoria de Pesquisa, PPGPSI – Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2020.

RESUMO: As representações sociais são esquemas, sistemas formados por elementos e cognemas de significância, compostas de um núcleo central, através do qual emerge a identidade semântica da representação possuindo um valor organizador; e pelo sistema periférico, através do qual seus elementos são negociáveis com o contexto da realidade, permitindo a remodulação semântica da representação. Dessa forma, entende-se as representações sociais como uma estrutura de crenças formadas pelas relações intergrupais com valor comunicacional, são consensuais, ou seja, preconizam a partilha de elementos cognitivos conotando não só uma dimensão cognitiva, como também uma dimensão afetiva, intervindo e compondo a identidade social. Vale ressaltar que as representações sociais orientam a interpretação do mundo atravessando comportamentos, uma vez que são irrigadas de conteúdo cultural, sócio-histórico e político. Uma vez contemplada como estrutura de crenças que orienta condutas, a Teoria das Representações sociais permite o entendimento do policial militar como um sujeito, um agente ativo nos agenciamentos coletivos atravessados por elementos simbólicos sócio-históricos, o que possibilita entender que a representação social da instituição polícia militar foi e é permanentemente construída através das relações sociais de interpretação do mundo e de atribuição de valores, o que forma a identidade da instituição. A polícia militar é compreendida como uma ferramenta, um instrumento ao qual é atribuído o direito de uso de força para manter a ordem pública, o que se configura um grande desafio para todo o corpo social, exigindo assíduos estudos científicos sobre a prática policial contemporânea. Dessa forma, a presente pesquisa objetiva identificar os elementos formadores e constituintes da representação social do policial militar sobre ele mesmo mediante sua atividade laboral. A pesquisa foi realizada com a amostra de 124 policiais militares da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro distribuídos em batalhões, UPPs e CEFAP. Foi utilizado um instrumento de representações sociais e identidade social, no qual constavam quatro questões de evocação livre e três questões abertas. Os dados da tarefa de evocação livre foram analisados no programa Iramutq que proporcionou análise prototípica e de similitude. As questões abertas foram analisadas através da técnica de análise de conteúdo da Bardin. Os resultados apontam para a formação de um panorama sobre a PMERJ e seus vetores de atuação, assim como sobre os policiais, ramificado em dois eixos de significância que remontam lócus de complexidades práticas e conceituais no qual desembocam questões sociais, identificatórias, políticas e econômicas.

Palavras- Chave: Representações sociais; Identidade Social; Polícia Militar.

Nevôa J. F. (2020) **THE MILITARY POLICE REPRESENTATIONS AND SOCIAL IDENTITIES ABOUT THE MILITARY POLICE OF THE STATE OF RIO DE JANEIRO.** Master's thesis presented to the Institute of Education pro-rectory of Research, PPGPSI - Graduate Program of the Federal Rural University of Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2020.

ABSTRACT: The social representations are outlines, systems formed by elements and significance cognitives, composed of a central nucleus, through which the semantic identity of the representation emerges possessing an organizing value; and for the outlying system, through which their elements are negotiable with the context of the reality, allowing the semantic remodel of the representation. In that way, understand the social representations as a structure of faiths formed by the relationships intergroup with value comunicacional, they are consensual, in other words, they extol the share of cognitive elements connoting not only a cognitive dimension, as well as an affectionate dimension, intervening and composing the social identity. It is worth to emphasize that the social representations guide the interpretation of the world crossing behaviors, once they are irrigated of content cultural, partner-historical and political. Once meditated as structure of faiths that guides conducts, the Theory of the social Representations allows the military policeman's understanding as a subject, an active agent in the collective assemblies crossed by partner-historical symbolic elements, the one that makes possible understand that the social representation of the institution military police was and it is built permanently through the social relationships of interpretation of the world and of attribution of values, what forms the identity of the institution. The military police is understood as with a tool, an instrument to which the right of use of force is attributed to maintain the public order, what is configured a great challenge for the whole social body, demanding assiduous scientific studies on the practice contemporary policeman. In that way, to present researches lens to identify the elements constituents and constituent of the military policeman's social representation on him same meantime work activity. The research was carried out with a sample of 124 military police officers from the Military Police of the State of Rio de Janeiro distributed in battalions, UPPs and CEFAP. An instrument of social representations and social identity was used, which contained four questions of free recall and three open questions. The data from the free recall task were analyzed using the Iramutq program, which provided a prototype and similarity analysis. Open questions were analyzed using Bardin's content analysis technique. The results point to the formation of a panorama about the PMERJ and its vectors of action, as well as about the policemen, branched out in two axes of significance that go back to the locus of practical and conceptual complexities in which social, identification, political and economic issues unfold.

Words - Key: social Representations; Social Identity; Military police.

SUMÁRIO

RESUMO.....	10
INTRODUÇÃO.....	14
1. REPRSENTAÇÕES SOCIAIS.....	17
1.1. A Teoria e os principais teóricos.....	17
1.2. Como se constroem e se estruturam as representações sociais.....	18
1.3. Principais elementos das representações sociais	19
1.4. A Abordagem Estrutural: Teoria do Núcleo Central.....	20
1.5. A Aplicabilidade e funcionalidade teórica das representações sociais.	21
1.6. A Cientificidade das Representações sociais na Polícia Militar.....	22
1.7. As Representações sociais e a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.....	23
1.8. Identidade Social.....	24
1.8.1 Pensamento social do Policial Militar.....	26
2. POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.....	28
2.1. Histórico da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.....	28
2.2. PMERJ: O Corpo policial e suas funções.....	29
2.3. Polícia e política: Qual o poder da polícia?.....	32
2.4. Relação sociedade- polícia: O corpo social e o corpo policial.....	33
2.4.1 Vicissitudes desse diálogo: Alcances e limites.....	34
2.5. Polícia militar na contemporaneidade: Da Polícia comunitária a Unidade de Polícia Pacificadora.....	35
2.5.1 Polícia e prevenção: Questões a serem pensadas.....	38
2.6. O potencial científico da Teoria das Representações Sociais para a Polícia Militar do Estado do Rio de janeiro.....	39
3. OBJETIVOS.....	40
3.1. Objetivo Geral.....	40
3.2. Objetivos Específicos.....	40
4. MÉTODO.....	41
4.1. Composição da amostra e critérios de elegibilidade.....	41
4.2. Técnicas, instrumentos e procedimentos.....	42
4.3. Análise Prototípica e de similitude.....	44
4.4. Análise de conteúdo.....	45

4.5.	Tratamento dos dados.....	46
5.	RESULTADOS.....	47
5.1	Análise da tarefa de evocação.....	47
5.2	Análise do conteúdo: Categorização.....	60
5.2.1	O entendimento dos policiais militares sobre como são compreendidos pela sociedade.....	61
5.2.2	A compreensão do policial militar sobre o exercício de polícia.....	65
5.2.3	As representações sociais sobre a PMERJ para os policiais militares.....	70
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	74
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	77
	Anexo A.....	84
	Anexo B.....	86
	Anexo C.....	89
	Anexo D.....	91

INTRODUÇÃO

As representações sociais para além de uma compreensão didática fornecem um arcabouço científico sobre o qual se debruça o olhar reflexivo sobre valores, pensamentos e afetos compartilhados dentro de um determinado grupo, de forma que se constroem consensos sobre o que é particular e característico deste grupo. Mas do que um caráter descritivo, alimenta a expectativa social sobre o que se esperar deste. Dessa forma, considerando a característica comunicacional das representações sociais, o ditame da abordagem estrutural se funda para além do vislumbre puramente cognitivo das representações sociais, trazem embutido o conceito fenomenológico das diferentes dimensões e forças que atravessam as representações sociais enquanto estruturas e organizações, sendo passível de serem atravessadas por dimensões afetivas, através das quais comprehende-se que conteúdos emocionais podem mexer com a estrutura e organização das representações sociais na medida em que nas relações de comunicação as dimensões afetivas são constantemente evocadas (CAMPOS, ROUQUETTE, 2003).

Vale ressaltar ainda que a teoria das representações sociais assume para o presente estudo primordial importância na medida em que há um processo de partilha de elementos cognitivos, há um consenso dentro de determinado grupo, se configura como um processo em direção a familiarizar-se com elementos produzidos e suscitados nos espaços de comunicação e que orientam as ações e práticas e também as condutas individuais (JODELET, 2001).

É de grande de valia o entendimento de que o campo semântico e prático das representações sociais não se detém a um descritivo sistema de crenças e valores sobre determinado objeto, mas se configuram em estruturas e organizações compostas por elementos, cognemas de significância que possuem função fundamental na interpretação da realidade atravessando as relações sociais e assim, determinando comportamentos (ABRIC, 1998).

As representações sociais preconizam um espaço primordial enquanto uma teoria que abarca o valor e os percursos dos conteúdos suscitados dos encontros interpessoais. Dessa forma, entende-se o policial militar enquanto um sujeito social marcado e atravessado por traços sociais, políticos e históricos, logo, quando contextualizado, remonta a trajetória do cabedal e características específicas da corporação (SILVA, 2012).

Dessa forma entende-se a instituição polícia como uma organização a qual, no fazer e no construir de suas práticas, constrói diretrizes cognitivas e semânticas que conotam os

processos de pertencimento e filiação a esta dando vida a cultura policial. Mediante a isso, sistema de valores e crenças que partilhados entre os policiais formam esta cultura e constituem um esquema das características peculiares deste grupo, esse fenômeno não acontece isoladamente de um corpo social, mas está intimamente ligado aos processos históricos políticos e sociais, através dos quais se formam atravessamentos simbólicos e constituem comportamentos e pensamentos dando forma a sistemas cognitivos de partilha semântica (MONJARDET, 2012).

Ratificar que dentro de uma instituição existem valores partilhados conota que há um consenso sobre características peculiares desta instituição, dessa forma, preconiza-se que há uma estrutura singular, o que no corpo policial há uma especificidade complexa, uma vez que o trabalho policial se realiza numa lógica de competência exigida no momento de sua necessidade e atuação, na situação em que seu trabalho é evocado e solicitado, ou seja, não pode ser considerado de forma alguma um trabalho objetivável, entretanto não é louvável que se permita um instrumento de força pública a mercê de acasos o que pode gerar e formar um terreno fértil para arbitrariedades (MONJARDET, 2012).

Mediante a isso, se faz emergente consistentes discussões sobre uma fazer policial democrático no qual se vislumbre um caminhar histórico em que a polícia sempre foi alocada como um instrumento de poder o que conota diretamente atravessamentos políticos em suas práticas e que abarcam diversos vetores e expansão de complexidade marcando a instituição policial por características ambíguas e contraditórias, uma vez que a polícia ainda carrega em si, a singularidade de ferramenta manuseada pela política no uso da força, logo é necessário refletir sobre meios mais eficazes de instrumentalizar a instituição policial (MONJARDET, 2012).

As representações sociais são estruturas formadas por cognemas de significância que atravessam as identidades sociais uma vez que funcionam como base para interpretação da realidade que se apresenta, dessa forma, o policial militar, em permanente construção de seu exercício laboral, incorpora significantes sobre si em um interpretar o mundo a sua volta e no construir do próprio fazer policial. Acontece que entender os conteúdos estruturantes das bases de significância desse sistema, é adentrar no funcionamento dos vetores de significados e semânticos, os quais constroem uma estrutura de representação social sobre determinada coisa. Dessa forma, com o levantamento dos conteúdos constituintes da representação social do policial militar sobre ele mesmo frente seu exercício laboral, é compreender as forças

simbólicas que compõem o fazer policial na realidade cotidiana e os caminhos recorrentes de seu construir, contemplando os elementos vinculados á esferas sociais, políticas que revelam o fenômeno de construção das representações sociais.

Dada à relevância do contemplar os significantes que dão vida e estruturam um fazer policial, a presente pesquisa debruça sobre a questão: Quais são os elementos que formam os constructos de representação social do policial militar de si frente seu exercício laboral?

CAPÍTULO 1. A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

1.1. A TEORIA E OS PRINCIPAIS TEÓRICOS

Dentro de um contexto de representação significativa, é imprescindível ressaltar a forma de conhecimento mais utilizada pelos sujeitos, o senso comum, que surge como consequência de resolução de problemas (KÖCHE, 1997). Este tipo de conhecimento é também compartilhado dentro de um grupo social e forma um funcionamento comportamental e cognitivo nas relações interpessoais.

Segundo o filósofo Feyerabend (2007), o monólogo de ditas verdades uníssonas que configuram o monismo teórico acarreta a hegemonia dessas verdades e impede a variedade inerente do potencial humano e sua falibilidade, logo, a sociedade, como um corpo social, diminui seu potencial investigativo e reflexivo de transformações sociais quando adere às representações sociais estanques e estereotipadas sobre algo, visto que as representações sociais não devem ser contempladas apenas como um cabedal teórico criado e compartilhado por um grupo social, mas devem ser vistas como um funcionamento comportamental, ou seja, o grupo se comporta mediante a representação de algo.

As representações sociais se configuram enquanto fenômeno que abarcam explicações do campo psicossociológicos, dessa forma, as representações sociais guardam explicações científicas acerca dos funcionamentos e arranjos psicossociais criados nas relações interpessoais. Percebe-se que as representações sociais são de difícil apreensão metodológica no que concerne a uma sólida explicação científica, exigindo um estudo assíduo continuo acerca de seu funcionamento desde o campo cognitivo como o cultural (SÁ, 1996).

Segundo Moscovici (1978), as representações sociais são sistemas, esquemas cognitivos que formam e compõem sua própria linguagem e lógica, num funcionamento a fim de dar significado à realidade e com ela se relacionar, ou seja, as representações se organizam como um conjunto de conhecimentos que organizam a realidade na finalidade de embasar sistemática e funcionalmente os comportamentos de um dado grupo social em suas relações interpessoais.

As representações sociais são esquemas, sistemas que dão coerência e interpretação a realidade, sendo esta permanentemente construída, elaborada e partilhada pelos seres humanos

que a ela dão vida, ou seja, o mundo social é compartilhado pelos sujeitos que o compõe, por vezes, de forma conflituosa, convergente na tentativa de compreendê-lo, administrá-lo e enfrentá-lo, por isso a necessidade de estudar assiduamente a cultura em que o grupo se constituiu enquanto tal (JODELET, 2001).

De acordo com Moscovici (1981) a importância cultural no estudo das representações sociais de algo se respalda na científicidade sociológica que as representações sociais se compõem como um conjunto de conceitos, explicações originadas no curso da comunicação interpessoal, o que as possibilitam serem contempladas como esquemas de crenças e mitos compartilhados dentro de um grupo, o que traduz como esse grupo entende, apreende, se comporta e se relaciona com a realidade que se apresenta. Jodelet (1989) traz o entendimento conceitual das representações sociais como um saber prático que forma uma rede de significação entre o sujeito da representação e o objeto representado, sendo este de natureza ideal, material ou social. O cerne dessa questão se encontra no movimento de representar, ou seja, na relação de simbolização e interpretação acerca de algo.

1.2. COMO SE CONSTROEM E SE ESTRUTURAM AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Segundo Rocha (2014), as representações sociais rompem com a dicotomia sujeito/objeto, indivíduo/sociedade embasando a reflexão que o sujeito se constrói num movimento permanente de atribuição de significados e valores no processo de aprendizagem do mundo que o cerca, dessa forma, as representações são resultados de uma capacidade mental inerente ao ser humano na tentativa de apreender a realidade apresentada em sua existência.

Essa capacidade representativa pode ser contemplada pela fala, pela escrita, por comportamentos, visto que, o representar são formas que traduzem o querer, o sentir e o agir humano (SOUZA, 2005). Vale ressaltar que as representações sociais são intituladas sociais justamente pela realidade ser permanentemente construída e interpretada pelos grupos sociais de forma a constituir um sistema funcional de pensamentos sobre a realidade que se apresenta, que verbaliza também de sua relação com ela.

Segundo Moscovici (1978, p. 13), as representações sociais são: “(...) sistemas cognitivos que possuem sua própria lógica e linguagem. Elas não representam apenas opiniões, imagens ou atitudes sobre alguma coisa. Elas são teorias ou conjuntos de conhecimentos que descobrem e organizam a realidade.”

Pelo escrito acima, percebe-se o contínuo movimento social e relacional das representações sociais no que concerne o criar articulado as relações interpessoais, uma vez que as representações sociais se fundam no relacionamento interpessoal dentro de um grupo com a finalidade de representar algo atribuindo-lhe significado, um significado simbólico consensual através do qual esse grupo se comporta frente a este objeto passível de representação. Vale ressaltar que Moscovici (2012) organizou a estrutura das representações sociais a nível pedagógico, dado seu caráter de difícil apreensão metodológica, em três dimensões. São elas: a informação, no que concerne a formação a nível das comunicações interpessoais, é o conhecimento sobre o objeto representado; a atitude, o que guarda o caráter comportamental da representação social traduzindo que o grupo social se comporta e interage frente a representação de algo; e campo de representação e imagem, este habita a nível imagético simbólico que acomoda elementos da representação social num sistema, num esquema de crenças, símbolos já existente.

Ainda segundo Moscovici (2012) é de grande importância para o estudo das representações sociais a compreensão de que a dimensão da atitude é possivelmente a primeira a acontecer, visto o traço relacional e comunicativo das representações sociais, conotando que ao se relacionar numa dada situação com um objetivo qualquer a nível das comunicações interpessoais, os sujeitos se informam e representam algo após terem já assumido uma posição frente a algo.

1.3. PRINCIPAIS ELEMENTOS DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Segundo Abric, as representações sociais traduzem seu traço quantitativo e qualitativo, o que conota a esquematização prática e conceitual das representações sociais, uma vez que em sua formação sistemática e dinâmica, as representações sociais apresentam elementos mais

centrais que conotam características qualquantitativas traduzidas na esquematização e na frequência de significância de seus elementos constituintes (MOLINER, 1988).

Ainda segundo Moliner (1988), os elementos periféricos se organizam e se acomodam em torno do núcleo central, não contendo dentro do mesmo, mas em suas proximidades possibilitando novos arranjos de comunicação com a realidade, como verdadeiros esquemas, dado seu caráter flexível, adaptativo e heterogêneo quanto ao seu conteúdo de organização de elementos na representação social. Abric (1994) expressa a funcionalidade do sistema periférico das representações sociais, uma vez que este possibilita e permite a ancoragem na realidade em que a representação se processa, dessa forma, entende-se que sua função é a concretização do sistema central no que concerne a condutas e posição frente a realidade que se apresenta, assim como é responsável por absorver novas informações nas relações comunicativas e colocá-las a questão do núcleo central.

1.4. A ABORDAGEM ESTRUTURAL: TEORIA DO NÚCLEO CENTRAL

Segundo Flament (2001), as representações sociais se configuram e se fundam ao torno de algumas ideias e estas, comportam sistemas periféricos os quais são estruturalmente organizados por um núcleo central, sendo este a própria identidade da representação social. Essas questões de centralidade e periferia, no que concerne aos elementos constituintes, dizem a respeito da importância de se estudar a estrutura sistemática e dinâmica das representações sociais, uma vez que sua organização se processa em torno de seu núcleo central. São os elementos do núcleo central que lhe conferem conteúdos significativos (ABRIC, 1994).

A importância científica de identificar os elementos mais centrais das representações sociais é justamente o entendimento e compreensão sistemática de sua organização, funcionamento e significado. Por suas características centrais simbólicas e significativas, são os elementos mais resistente a mudança (ABRIC, 1994), ou seja, o levantamento acerca do núcleo central de uma representação é investigar o próprio objeto representado, de forma que os elementos constituintes da centralidade de uma representação se caracterizam como algo bem delineado e marcado enquanto representação significativa sobre algo.

Abric (1994) postula que o núcleo central das representações fomenta uma papel preponderante em sua formação uma vez que postula sua função geradora, é através dele, como matéria prima, que se constroem, se organizam e se estruturam ou até se remodulam os elementos, os cognemas constitutivos de determinada representação, assim como possui a função organizadora, esta concerne ao fato do núcleo central ser a base organizadora ao redor da qual se formam os vínculos semânticos entre os elementos da representação. Dessa forma, tem-se o núcleo central em suas perspectivas integrativas e estabilizadoras.

Ainda segundo o autor supracitado, o núcleo central se esculpe mediante diversos elementos significantes que modulam o significado global da representação mantendo vínculo semântico e cognitivo com outros elementos e é dele que emanam os significados desta, ou seja, é o núcleo central que esboça fundamentos primordiais ao redor das quais as representações acontecem. Através da compreensão que o núcleo central se forma como um ponto organizador das representações sociais, entende-se que estas são estáveis na medida em que se perpetuam ao longo do tempo, além de fornecer arcabouço orientador de condutas, entretanto guardam certa flexibilidade na medida em que na dinâmica interpessoal necessita de adaptação pelos processos de comunicação (SÁ, 1996).

O núcleo central guarda uma especificidade interessante quanto ao processo de comunicação, na medida em que os elementos que o compõem são necessariamente ligados a memória coletiva de determinado grupo a nível histórico, ideológico e vinculados as normas e valores sociais, uma vez que são consensuais, assim como os elementos constituintes do sistema periférico são negociáveis as situações que se apresentem na realidade, são de caráter imediato e é justamente por isso que as representações sociais podem sofrer transformações (ABRIC, 1998).

1.5. A APLICABILIDADE E A FUNCIONALIDADE TEÓRICA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Vale ressaltar o teor conceitual prático das representações sociais, uma vez que, segundo Jodelet (1989) é de extrema importância qualificar o saber contemplando sua praticidade principalmente no que concerne as representações sociais, o que faz referência a

experiência a partir da qual são produzidas, contextualizadas e significadas, além do fato da representação embasar o agir no mundo e sobre os outros mediante as relações interpessoais.

Doise (1990) elucida que as representações sociais são conceitos simbólicos geradores de tomada de decisão frente à gênese de um conjunto específico de fatores nas relações sociais e acrescenta que atravessam e afetam essas relações. Dessa forma, entende-se as representações sociais como um pensamento social prático, uma vez que partilhadas dentro de um grupo social, possui seu funcionamento baseado em esquemas cognitivos, o que conota e elucida científica e sistematicamente como determinados grupos apreendem a realidade, a organizam e a forma, o modo que com ela se relacionam. Entretanto, nem tudo que se tem imagem, símbolo ou significado se configura uma representação social, mas ao se estudar um grupo, os esquemas de representações sociais se revelam de forma a demonstrar sua construção social e relacional dentro da realidade que se manifesta.

Segundo Abric (1989), o reconhecimento prático e dinâmico das representações sociais está no fato dos sujeitos não terem seus comportamentos determinados pela especificidade da situação, mas pela representação desta, dessa forma, é um processo de atividade mental através da qual o grupo social se confronta com a realidade e a ela atribui uma significação específica (ABRIC, 2001).

1.6. A CIENTIFICIDADE DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NA POLÍCIA MILITAR

Os policiais militares são sujeitos enredados nos agenciamentos coletivos na construção da esfera social e política atual, o que conota a importância de promover a apropriação crítica do simbólico policial militar tanto pelo próprio policial quanto pela sociedade, visto que, não houve um debate sistemático sobre o exercício laboral do policial militar nem, tampouco, sobre novas possibilidades de se repensar a profissão, e que possam nortear uma nova concepção do “fazer policial” para o desempenho mais efetivo na condução da ordem e segurança pública visando à diminuição da violência policial (PONCIONI, 2005). Com isso, ao se construir uma representação social negativa e pejorativa do exercício laboral do policial militar nas relações sociais, este se vê imbricado a esses valores como forma de inscrição social, embora tenha interagido socialmente nessa construção, pois tudo se cria nas relações sociais e tomam vida nos agenciamentos coletivos.

Vale ressaltar a urgência em se discutir o representado socialmente sobre o exercício de função policial militar, uma vez que são as representações que determinam o conteúdo significativo e simbólico do comportamento e não ao contrário (ABRIC, 1984), logo se o que se tem na sociedade contemporânea se configura de forma cruel e desigual para todo o corpo social, faz- se necessárias discussões e reflexões consistentes em prol de uma sociedade mais harmoniosa composta por debates em segurança pública e uma polícia militar mais democrática e respeitada enquanto peça fundamental para ordem pública.

1.7. AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E A POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Considerando que o arcabouço teórico e prático construído pelas representações sociais é formado nas relações sociais e interpessoais, entende-se que há uma linguagem comum às pessoas do grupo social que a criou, ou seja, as representações sociais não são estruturas cognitivas internas, mas processos de informações produzidas pela lógica comum social (DOISE; CLÉMENCE; LORENZI-CIOLDO, 1993), as representações são sempre representação de algo, sendo esta partilhada num determinado grupo social com elementos componentes consensuais neste grupo.

Mediante a isso, ao longo da história e sua organização social e política, foi construída uma imagem, uma figura do policial militar. Figura e imagem estas que foram tomando forma cognitivamente e socialmente através dos agenciamentos coletivos nas relações sociais complexas. Isso quer dizer que essa representação social do ser (exercício de função) policial militar foi e é permanentemente construída, modificada e/ ou retroalimentada pelos mesmos e pela sociedade nas relações, nas interações sociais de acordo com as situações que tomam vida. As discussões reflexivas sobre uma possível reformulação da formação profissional da polícia não alcançam um constructo teórico e prático consistente que confronte o modelo profissional atual e assim, que possa ser incorporado no exercício laboral da polícia. Tal fato contribui para brechas sobre o que se pensa e representa sobre polícia e sua realidade laboral, o que fertiliza um diálogo ríspido e estereotipado com a polícia militar pelas conflituosas direções que as relações sociais tomaram (PONCIONI, 2005). Dessa forma, é de grande relevância a discussão sobre a construção da representação social do ser policial visando buscar evidências das

implicações desse fenômeno social no todo existencial do corpo social, onde este e o policial militar são afetados e afetam essas representações, visto que os policiais militares são sujeitos enredados nos agenciamentos coletivos na construção da esfera social e política atual, o que conota a importância de promover a apropriação crítica do simbólico policial militar tanto pelo próprio policial quanto pela sociedade para o desempenho mais efetivo na condução da ordem e segurança pública visando à diminuição da violência policial (PONCIONI, 2005).

1.8. IDENTIDADE SOCIAL

A questão dos processos identitários ainda se processa numa ambiguidade semântica do que é pessoal, individual e o que é coletivo, social, não por uma questão dicotômica, mas por uma indagação dinâmica de que processos subjetivos e coletivos se atravessam. Nesta perspectiva psicossocial, a identidade é por excelência um acontecimento dinâmico e não depositário rígido de características. Está no campo do que sente ser e pertencer na medida em que conteúdos semânticos desses processos sejam partilhados aos elementos do mesmo grupo (DESCHAMPS; MOLINER, 2009). As identidades são reveladas sistematicamente nas representações do contexto social, por isso, rompem com a dialética do eu e o outro para adentrar num prospecto mais ampliado e fértil sobre os conteúdos construídos e herdados por indivíduos e grupos, dessa forma, entende-se que os processos identitários no seu próprio construir sobre modulações e reformulações pela cultura a fim da incorporação social dos sujeitos que as construíram e as incorporaram (DESCHAMPS; MOLINER, 2009).

É de extrema relevância para a compreensão do processo identitário a questão do reconhecimento de pertença no que concerne um movimento de diferenciar-se concomitante ao processo de singularizar-se dentro do espaço e cenário social (DESCHAMPS; MOLINER, 2009). Dessa forma, preconiza-se a construção de elementos compartilhados pelos indivíduos identificados pelos próprios elementos através dos quais adentraram no processo identitário, o que aclara que grupo social compartilham valores, ideias que norteiam e compõem a cultura daquele grupo, no caso do presente estudo, a polícia militar. É através, portanto, desse sentimento de pertença que o sujeito constrói sua identidade social e compõem seu lócus societal. A ideia de identidade social traz consigo o sentimento de semelhança aos outros que também engendram o grupo, ou seja, concebe uma lógica de que esta instância identificatória

é codificada por parte de si (sujeito) representando, significando os cognemas que advém do axioma social, dessa forma, é partilhada pelos integrantes do grupo frente ao fato de assumirem posições semelhantes dentro deste (DESCHAMPS; MOLINER, 2009).

Deschamps e Moliner (2009) sugerem uma codificação interacional ao que se refere às características sociais e individuais, uma vez que elas não se sobrepõem, mas compõem traços característicos uma das outras. Dessa forma, Zavalloni (1973, apud DESCAMPS; MOLINER, 2009) prescreve a identidade social como uma instância de ordem cognitiva, uma estrutura vinculada ao processo de representação. Dado a peculiaridade do processo identitário como um construir através a percepção e formação cognitiva dos dados de significância que atravessam o próprio processo, Tajfel explica a luz do funcionamento dos princípios cognitivos constitutivos do processo identificatório, que cada grupo social possui sistemas de crenças compartilhados que aferem à este características peculiares, e esse processo se personifica nas relações interpessoais onde o grupo estabelece traços que são representativos ou não na sua formação, ou seja, trata-se de fenômenos cognitivos e sociais baseados pelos processos de assimilação e categorização (ÁLVARO; GUARRIDO, 2006).

Segundo Tajfel, o processo de categorização é um fenômeno cognitivo e social que se processa no movimento de percepção social, uma vez que na tentativa de interpretar o mundo e assim, orientar um comportamento adequado, lança-se mão do mecanismo de categorização que consiste em perceber o que é mais ou menos representativo de determinada categoria, dessa forma, os grupos, no seu fenômeno existencial, assumem características peculiares e assumem uma representação própria ao se interpretar no mundo e ao ser interpretado por este, mas esse mecanismo não se processa a nível consciente, quando se explana sobre processos identificatórios, Tajfel demonstra minuciosamente que todos esses processos são históricos, ou seja, trata- se de atravessamentos sociais conotando crenças, imagens, valores e normas assimilados em determinada cultura, esse seria o processo de assimilação (ÁLVARO; GUARRIDO, 2006).

Ao falar de polícia, a teoria de Tajfel é de extrema relevância uma vez que elucida a luz de fenômenos sociais e interpessoais a formação de identidade grupal carregada de um processo histórico e cognitivo de sua formação e interpretação no mundo, além de demonstrar pelo processo de coerência o quanto que é complexa a mudança de determinados traço identitários de um grupo, uma vez que cotidianamente os grupos atravessam diferentes confrontamentos que tocam em suas estruturas cognitivas. Dessa forma, a formação de um

sistema de categorias está para além de uma complexa formação de traços identitários, mas sustenta representativamente a proteção de todo sistema de crenças e valores formadores do grupo, ou seja, constitui um de seus processos básicos. Tajfel postula a identidade social não só como um processo de pertencimento, mas também como um processo de filiação no qual conotam significações emocionais e valorativas resultantes desse processo, ou seja, compreendida como produto desta filiação, a identidade social determina as relações interpessoais (ÁLVARO; GUARRIDO, 2006).

A grande questão de adentrar ao meio científico para maior compreensão da identidade social da polícia, é justamente o fato desta enquanto mecanismo, um instrumento, historicamente apresentar sérios impasses quanto ao seu lugar, sua função e seu papel dada a historicidade de sua necessidade mediante as questões políticas e sociais da sociedade em que se encontra (Bittner, 2003). Dessa forma, entende-se que a necessidade de reforçar a identidade social surge na medida em que o grupo acontece, enquanto fenômeno grupal, em um lócus ambíguo societal fomentando obstáculos na definição de seu lugar no corpo social e ao ser mexido por tendências a mudanças preconiza conflitos (ÁLVARO; GUARRIDO, 2006).

1.8.1 - PENSAMENTO SOCIAL DO POLICIAL MILITAR

É de grande valia para o grupo estudado conceber que a identidade social satisfaz uma necessidade de imagem, de representação positiva de si e mediante a isso, a compreensão que todo e qualquer indivíduo é munido por sistemas e esquemas de crenças sobre ele mesmo de forma que estabeleça bases de comparações a fim de sua auto avaliação, assim como os sujeitos que compõem o grupo se tornam pontos de ancoragem referenciais moldando seu entorno social (HYMAN, 1942 apud DESCHAMPS; MOLINER, 2009). Vale ressaltar que o aparato policial se tornou, ao longo de seu fazer laboral, permeável às questões pertinentes e inerentes às mudanças do exercício da cidadania, dessa forma, suas práticas sobressaltam aos olhos do corpo social uma vez que suas operações e práxis são imediatamente sentidos por aquele (MUNIZ, 2001). Percebe-se que mediante aos imbricamentos políticos e sociais que se engendram na vida cotidiana, a polícia militar assume um lócus de visibilidade maior o que acarreta consequência graves para a conceitualização ampla e eficaz de segurança pública, assim como para a relação entre o corpo policial e corpo social.

Muniz (2001) ressalta um dos principais pontos norteadores para se pensar a crise de identidade do policial na sociedade contemporânea que remonta a trajetória histórica do corpo policial, especificada pela insatisfação dos próprios policiais em relação à formação profissional. Acrescenta ainda que é necessário adentrar no rumo da construção e sustenção conceitual de ordem pública. Tem-se a ressalva que pelo cenário moldado ao longo da história, formou-se uma dicotomia na relação entre o corpo social e o Estado, quando este exclui a participação do corpo social na formulação e na construção da ordem pública. Dessa forma, os policiais eram percebidos como opositores do corpo social ocasionando assim, a despersonalização do corpo policial. Vale ressaltar a grande relevância de reconstituir o lócus societal da polícia militar pautado indispensavelmente na reformulação de seus valores, pensamentos e sua história, dessa forma, a identidade da polícia militar estar no devir (MUNIZ, 2001).

CAPÍTULO 2. POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

2.1. HISTÓRICO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

É de grande relevância, no que se refere ao cabedal histórico, o conhecimento de que a polícia militar nasceu pautada nos modelos das corporações europeias (HOLLOWAY, 1997). O que embasou fundamentalmente a necessidade das corporações policiais foi o conceito de segurança pública, configurado como um serviço prestado pelo Estado a fim de garantir direitos e inscrição de autoridade (MINAYO; SOUZA; CONSTANTINO, 2008).

A Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro esboça sua história com a chegada da família real no Brasil, em 1808, sendo inspirada em corporações já iniciadas em Lisboa, com base no modelo de policiamento francês. Institucionalizou-se por Dom João VI como a Intendência Geral da Polícia, órgão que guardava competências judiciais e administrativas (MINAYO; SOUZA; CONSTANTINO, 2008). Dom João VI preconizava um aparato policial eficiente que o desocupasse quanto aos adeptos dos ideais liberais da Revolução Francesa, ou seja, aspirava a formação de um aparato político que amparasse a Corte, mas não possuía a pretensão de compor uma instituição policial que desse conta de questões de repressão de crimes (MINAYO; SOUZA; CONSTANTINO, 2008).

A grande questão conflituosa que se fazia emergir naquela organização social, foi o poder conferido ao Intendente Geral da então chamada Polícia da Corte do Brasil, pois em decorrência de carregadas questões políticas, seus fazeres eram impregnados de arbitrariedades principalmente contra escravos e pobres livres (MINAYO; SOUZA; CONSTANTINO, 2008). Mediante a este incipiente aclaramento, percebe-se uma conflituosa formação do corpo policial já irrigado por interesses políticos e de controle social, sendo composto por vetores e forças instituintes sócio-históricas. Dessa forma, se formava um corpo policial complexo e que não portava de contingentes preparados a luz de sua finalidade primeira, assim, foi criada a Divisão Militar da Guarda Real da Polícia, espelhada no exército, em 1809 e desta deu-se origem a instituição policial fardada, tal como preconiza uma instituição militar e que se vê comumente nas ruas do Rio de Janeiro atualmente (BRETAS, 1998; HOLLOWAY, 1997). É de grande ressalva constatar que em sua maioria os homens que compunha esse aparato policial eram portugueses pobres, negros alforriados, ex-escravos e bastardos, ou seja, foi construído um grupo de marginalizados a serviço de uma ordem colonial (NOBRE, 2010).

Em 1920 foi denominada Polícia Militar e neste período, se viu enredada em diversos nichos de atuação sobrecarregando o aparato institucional. Suas obrigações abarcavam para além do controle social, contemplava as atividades preventivas, assim como guardar e patrulhar a cidade (MINAYO; SOUZA; CONSTANTINO, 2008).

As contradições também engendravam o corpo policial e guardava uma específica ambiguidade que marcaria a vida da instituição em suas práticas profissionais, uma vez que os próprios policiais eram recrutados a força e vivenciavam os cenários conflituosos e dramáticos dos livres e pobres, dessa forma, eram incorporados numa corporação com a finalidade de resguardar um Império que não os embutia em suas preocupações de classe dominante (BRETAS, 1998). Germinava dessa forma, uma corporação policial militar concebida em berços políticos e tendenciosos que fomentava uma relação autoritária entre o corpo policial e corpo social, ou seja, reprimiam o próprio povo do qual fazia parte. Uma contradição muito marcante rascunha o controle social por parte dos policiais sobre as camadas sociais das quais pertenciam, entretanto, a origem popular das corporações policiais aponta para um esquadriamento desafiador e reflexivo para as corporações policiais (MINAYO; SOUZA; CONSTANTINO, 2008).

Mesmo sendo uma corporação policial a quem lhe é conferida o uso da força a fim do controle social e ordem pública, os resultados desse limitado fazer laboral não diminuiu as incidências de atos criminosos, dessa forma, se construiu uma cultura violenta na corporação policial o que abarcava uma discrepância ideológica entre o real e o ideal, além disso, tomou-se como característica de uma corporação opressora a serviço das classes dominantes (DOMINICCI, 1990).

2.2. PMERJ: O CORPO POLICIAL E SUAS FUNÇÕES

Monjardet (2012) explicita a dificuldade de conceituar um objeto de estudo tão complexo como polícia, muitas vezes compreendida pelo viés da finalidade e das necessidades de sua atuação, mais comumente conhecida e reconhecida como força pública, entretanto é com minucioso cuidado científico, que o autor, expõe que não se trata de uma questão de apreender o aparato policial como uma manifestação do monopólio estatal da violência legitimada, dessa

forma, coloca indissociavelmente o corpo policial como: um instrumento de poder; um serviço público e portando passível de ser requerido por todos; e uma profissão. Dada esta tríade conceitual, entende-se que estes vetores que formam o aparato policial podem consonar ou conflitar-se, emergindo a noção de que o funcionamento do aparato policial é uma resultante de tensões comuns e contínuas entre os vetores citados (MONJARDET, 2012). Mediante a isso, alcança-se um campo de forças instituintes em funcionamento um tanto complexo, já que se tem um aparato, um corpo policial em pleno funcionamento cuja especificidade guarda remodulações intencionais em suas práticas.

Uma vez compreendida como um instrumento, como um mecanismo de aplicação e de funcionamento de força não poderia carregar em si finalidades próprias, como rígidas e específicas características de atuação, mas sim de quem o instrumentaliza, ou seja, a polícia está totalmente para servir aos mais variados objetivos e finalidades, o que se configura também, além de uma questão de difícil apreensão conceitual, um impasse prático na medida em que o aparato policial pode concomitantemente servir a finalidades conflituosas (MONJARDET, 2012). A polícia entendida como força pública, guarda uma especificidade comum a todo corpo policial, que se contempla por ser um instrumento de atuação pela força num território socialmente determinado, e possui uma característica que difere uma polícia de outra, configurado pelas finalidades sociais através das quais são operacionalizadas as práticas policiais, de forma que se identifiquem normas particulares correspondentes de determinada sociedade (MONJARDET, 2012). Dessa forma, entende-se que através das práxis policiais se vislumbram vetores sócio-históricos que remontam um quebra cabeça da história do território de atuação assim como do próprio corpo policial que nele atua.

O aparato policial não deve ser interpretado de forma estéril como um instrumento que intervém quando a força deve ser usada, porque tal afirmação fornece uma reflexão estanque e paralisada dos vetores políticos, sociais e históricos que atravessam e compõem o funcionamento do aparato policial. Entretanto, quando debruçamos sobre o conceitual de que a polícia, enquanto um instrumento policial que intervém através do uso de força quando lhe é ordenado fazer, entende-se há uma voz, uma instância que outorga vida ao comando seja uma instância de autoridade acima dela ou pelo conjunto e esquemas de valores compartilhados no momento de atuação policial, entretanto, tem-se que todo e qualquer grupo de profissionais desenvolvem princípios e valores compartilhados irrigados de competências exclusivas que perpassam e compõem a cultura profissional, assim, conclui-se que não há polícia reduzida a sua pura instrumentalidade (MONJARDET, 2012). Dessa forma, vislumbra-se um patamar em

que o olhar paralisante sobre as finalidades do aparato policial não adentram uma discussão profunda sobre as raízes constitutivas das práticas policiais atuais, mas é emergente o contemplar de um axioma constitutivo que está para além do que se manifesta, ou seja, situa-se no abstrato, no semântico e simbólico do que é compartilhado e transmitido sempre em novas reformulações e composições sociais.

Monjardet (2012) explana um traço específico que merece um debruço mediante os imbricamentos sociais e políticos da questão que concerne a não existência do monopólio policial da violência legítima, o que traduz e explica o fato do aparato policial possuir alvo de intervenção indeterminado, ou seja, detém monopólio do uso da força em relação a todos, entretanto, tal conceito exige por excelência consistentes reflexões sobre os limites e alcances do aparato policial e suas práticas profissionais, uma vez que o poder da ameaça do uso da força atinge os mesmos efeitos que a força em si, logo, quando a polícia, enquanto instrumento, recorre à violência como um recurso de poder, revela seus frágeis limites, uma vez que a violência é o recurso mais fértil para questões disciplinares e escândalos públicos (MANNING, 1993). Assim, constata-se ainda que a polícia recorre com menos frequência à força do que a força simbólica ou a representação desta, o que indica elementos relacionados ao poder compõem a conjuntura do exercício policial que merece atenção científica por estar em constante prática de atuação no corpo social e assim, serem atuantes na modelagem cognitiva e simbólica sobre o fazer policial (MONJARDET, 2012).

É de extrema urgência a compreensão de que o aparato policial como manifestação da força pública, é encarregado de suprir os interesses coletivos, daí a importância de compreender as finalidades designadas e construídas a ele pela sociedade (MONJARDET, 2012), ou seja, de contemplar a importância da polícia mediante o entendimento desta estar a serviço do público que embute nele, por excelência, o corpo social. A polícia militar em suas práticas, pela utilização de força, não constrói um conteúdo discursivo sobre si, ela acontece, se processa na relação com a sociedade na qual atua, e na ausência de conteúdo próprio, emerge a necessidade de rígidos boletins normativos, por isso, a importância de se compreender os vetores valorativos que a sociedade direciona ao aparato policial para então, contemplar o funcionamento do corpo policial e dessa forma abarcar e remodelar a categorização da polícia como uma instituição detentora de recursos decisivos de força com a finalidade de garantir ao poder vigente o domínio deste recurso (MONJARDET, 2012).

2.3. POLÍCIA E POLÍTICA: QUAL O PODER DA POLÍCIA?

O exercício laboral de polícia é executado por um grupo de sujeitos a quem lhe é concedido o poder de aplicação de lei e manutenção da ordem pública, assim, tem-se que neste determinado grupo laboral, os sujeitos compartilham pensamentos, ideias e valores abarcando um sentimento de pertença e um processo de identificação com seu trabalho (PONCIONI, 2003). Vale ressaltar não só o compartilhamento consensual de valores pertinentes a esse exercício específico, mas no processo de emergir desses conceitos que acomodam o cognitivo do que é ser policial para esse determinado grupo.

A polícia guarda em suas práticas especificidades que remontam um desafio para os estudiosos de segurança pública e das práticas policiais. Segundo Consul (2005), a polícia se manifesta em suas práticas demonstrando os valores que são compartilhados, as ideias que montam aquele fazer laboral através do sujeito, o policial, que exerce a função de polícia. Dessa forma, se revela uma dimensão simbólica e cognitiva operacionalizada pelos próprios policiais ao sentirem e vivenciarem a sua profissão.

A polícia militar enquanto um aparato e instrumento de ordem pública e dispositivo a qual lhe é conferido o uso da força, se faz presente no cerne da relevância das reflexões sobre o tecer dos vetores que atravessam os fazeres policiais que extrapolam o uso da força e assumem a configuração de violência e truculência, assim como o percurso realizado para que se chegasse a atual configuração de fazer policial. O uso da força é prudente, criterioso e ponderado, estabelecido dentro das necessidades que se apresentam, enquanto a violência é excessiva, se configura como uso da força descomedida e desmesurada (PINHEIRO; ALMEIDA, 2003).

Mediante as concepções expostas, há de se atentar para a frequente naturalização de atos violentos, uma vez que estes se engendram como a única saída para a situação, ou seja, perceber o fenômeno violento em um ato exige do sujeito uma aguçada percepção cidadã que está para além do comumente aceito (ODALIA, 2003). O que interessa como um dos eixos norteadores para o repensar do atual modelo policial e sobre a reflexão de uma polícia democrática.

A polícia uma vez reconhecida como força pública não deve imprimir a caricatura de poder, mas sim estar em consonância conceitual de força pública, aquela que garante os direitos

de cidadania contra qualquer força que a isso se opunha. Dessa forma, é arbitrário direcionar qualquer aparato policial através de um modelo de instrumento de pressão contra forças opostas a lógica dominante, assim como, não deve ser alocada como dispositivo ao dispor de alguma autoridade, além disso, emerge uma dialética filosófica em que as pontas conceituais são ocupadas pela relação entre força e direito, uma vez que suscita formas e saídas estratégicas de como os direitos substituem o uso da força, assim como o emprego da força é ameaçador a um Estado de direitos. Todas as reflexões que aguçam um olhar científico e crítico sobre as práxis policiais são pertinentes mediante a necessidade de uma força pública existir para a garantia dos direitos dos cidadãos, entretanto que não esteja em exercício a quem detém seu domínio, mas sim para benefício coletivo (PICART, 1989 apud MONJARDET, 2012).

2.4. RELAÇÃO SOCIEDADE POLÍCIA: O CORPO SOCIAL E O CORPO POLICIAL

O corpo policial é conjunturado por uma hierarquia não só institucional, como militar, o que conota um disparate entre quem pensa e executa as práticas policiais. Dessa forma, demonstra que essas práticas perpassam por interpretações subjetivas, abrindo espaço para ações truculentas significadas como violência policial, o que incita medo generalizado da população que, por conseguinte, desenvolve uma imagem representativa negativa dos policiais (SILVA; VIEIRA, 2008), o que fere a comunicação entre sociedade e polícia.

Entende-se que a lógica mais disciplinar no exercício de polícia, como uma tentativa eficaz de docilizar o corpo policial, contribuiu, como vetor de significante na representação sobre o exercício de polícia, como molde de representatividade potencial de repressão aos que se opusessem a lógica dominante vigente (NOBRE, 2010). Pelas contradições sociais constituírem os pilares estruturais do corpo policial, esta instituição nunca vislumbrou uma reputação positiva. Somado a isso, havia as peculiaridades de suas práticas policiais acarretando ao longo da história carioca a aversão social a polícia. Devido a isso, as autoridades da época em a formulação do corpo policial estava incipiente, encontravam pontuais e sérios impasses no recrutamento de contingente para compor o corpo policial, principalmente os que compunham as classes mais populares, assim como devido ao baixo salário e a rejeição das especificidades do fazer policial (HOLLOWAY, 1997).

Contudo, a polícia militar assumiu um lócus tanto transgressor ao que concerne a garantia de direitos do corpo social, dessa forma, o exercício policial foi impregnado por atitudes truculentas e violentas, pautando num comportamento muito abaixo de um ideal de igualdade, proteção da população e respeito aos Direitos humanos, ideais constituintes nos documentos de institucionalização da corporação policial (MINAYO; SOUZA; CONTANTINO, 2008). Em razão dos imbricamentos formadores do corpo policial, sua relação com o corpo social se sustenta e se mantém num diálogo ríspido e esteriotipado, entretanto, é de extrema relevância o entendimento que o corpo policial não se configura como uma instância de origem exógena do funcionamento social, dessa forma, é imprescindível a compreensão de seu processo histórico para vislumbrar novos rumos das práticas policiais, assim, como é o corpo policial que funciona como termômetro da relação entre sociedade e Estado, conotando e manifestando as movimentações do Estado no controle e opressão social.

2.4.1. Vicissitudes desse diálogo: Alcances e limites

Segundo Nobre (2010), a polícia militar do Estado do Rio de Janeiro é a instituição pública mais conhecida pelos fluminenses dado seu caráter de policiamento ostensivo através de sua ocupação dos espaços urbanos por 24 horas. Ainda segundo o autor, os militares são os servidores mais antigos do Estado tendo em suas fardas sua identificação e suas patentes hierárquicas, o que conota a visibilidade do policial militar dentro da sociedade. Dessa forma, entende-se que constantemente são evocadas interpretações por parte do corpo social para dar conta da realidade de um policiamento ostensivo, além disso, segundo Nobre (2010), os policiais militares são convocados para ocorrências de cunho social em cerca de 70% dos casos em que são convocados.

Percebe- se que na sociedade contemporânea, o corpo social e o corpo policial são evocados cotidianamente a montar um cenário de interação, obviamente, marcado por cicatrizes históricas que atravessam o relacionamento da polícia com a sociedade, principalmente de camada mais populares, dessa forma a polícia é convocada a outro lugar que não somente o de policiamento ostensivo voltado para a segurança do Estado, como também em direção a proteção dos direitos cidadãos (SOARES, 2007). Há um eixo norteador que merece um lugar de destaque no repensar das práticas do corpo policial que é uma reformulação sobre o que é

manter a ordem pública e o que servirá de instrumento para tal finalidade, principalmente em territórios extremamente feridos pela opressão estatal operacionalizada pelas práxis de um corpo policial que até os dias atuais demonstra em seu funcionamento também marcas de violência e rigidez, o que transparece seu histórico de repressão e opressão. Há de transpor a imagem de que o corpo policial ainda esteja vinculado à lógica dominante de controle das massas, não a fim do maquinismo simbólica, mas para o efetivo exercício da cidadania construindo assim um Estado de direitos.

2.5. POLÍCIA MILITAR NA CONTEMPORANEIDADE: DA POLÍCIA COMUNITÁRIA A POLÍCIA PACIFICADORA

Uma questão a ser pontuada é a presença física da polícia militar num terreno que guarda uma memória social negativa do exercício de função polícia, de um tempo em que a ocupação pelo corpo policial, significava a segregação dos pobres como uma verdade a ser ratificada, por mais que a conjuntura policial formada na época fosse também de pobres. Atualmente, a democracia registra o dever de diminuir a desigualdade social através da preservação e da garantia da igualdade de direitos, entretanto, vive se uma realidade em que segundo Nobre (2010), a força policial desde o início do século XIX, sempre foi formada por sujeitos da subclasse colonial, ou seja, homens pobres quem eram encarregados de reprimir a classe que eles mesmos pertenciam, dessa forma, entende-se que o corpo policial não é algo a parte da sociedade, mas que ao ocupar um terreno com uma história de repressão, suscitou novas combinações dos arranjos de elementos significantes sobre a própria polícia, que geram um embate de forças instituintes que construirão um novo combinar dessa relação. O que vislumbra é que não seja mais uma história de repressão, em contrapartida, a polícia, como instituição não desejada, ocupa um terreno dos segregados do qual faz parte.

Um conceito a ser abordado quando se fala em um novo prisma acerca da polícia, é a questão da polícia comunitária que remete ao conceito de proximidade da sociedade da qual a polícia emerge, e remonta o criar espontâneo de um novo fazer policial que não seja o de puramente ostensividade repressiva e opressora. A especificidade comunitária atribuída à instituição policial conota um processo de reforma no próprio fazer policial, visto que, pensar em polícia moderna e refletir sobre esta, é incorporar um fazer debruçado nas práticas

comunitárias (RIBEIRO; MONTANDON, 2014). Compreendendo a importância do traço comunitário da instituição policial, é de extrema relevância contemplarmos a trajetória do englobamento de um fazer comunitário por parte da PMERJ dada o caráter social de suas práticas e por esta ter sido a primeira organização a implementar programas desse tipo (BEATO, 2001).

O substrato que nomeia- se policiamento comunitário hoje, foi resultado de um processo de experimento por parte das polícias americanas na década de 1950, cujo objetivo caracterizava a instalação de centros referenciais de policiamento em cada área da cidade, assim como comover a sociedade para a questão criminalidade, ou seja, traz ideia de uma polícia voltada para as causas do crime e não apenas para sua ocorrência e seu cenário final, o que exige a presença do corpo policial nas áreas de demanda em plena consonância com as demandas locais e sociais (SKOGAN, 2008).

O policiamento comunitário não se traduz nas atividades policiais e muito menos a elas se reduz, mas se constitui por um processo em direção a reforma da instituição ao que concerne o fazer policial, dessa forma, a descentralização compõe o cerne central do policiamento comunitário, uma vez que há um recorte da cidade em subáreas cujos comandos ficam ao em cargo de comandantes de nível médio os quais guardam em sua responsabilidade a função diagnóstica dos crimes ocorridos nas áreas de seu comando e as estratégias necessárias para determinado fim, ou seja, devem atuar pautando os regulamentos internos e relevando os aspectos socioculturais da região em que seu comando se faz presente (RIBEIRO; MONTANDON, 2014). As autoras Ribeiro e Montandon (2014) trazem outros dois pilares na estruturação do policiamento comunitário, sendo eles a supervisão civil das práticas policiais, uma vez que este modelo de policiamento visa a sensibilização do corpo social frente a atuação policial, e a metodologia de soluções de problemas na qual abarca um mapeamento dos vetores constituintes do fenômeno violência e o sentimento de insegurança. Dessa forma, entende-se que essa lógica de funcionamento do policiamento comunitário se faz mediante ao respeito do exercício de cidadania.

Há uma questão pertinente frente o policiamento comunitário que é a presença ostensiva da polícia militar atuando por um modelo de policiamento comunitário num lócus societal no qual a participação cidadã da população é indispensável frente às questões que se apresentem em relação aos fenômenos de violência e segurança, o que traduz um novo rumo na relação polícia- sociedade. Esse funcionamento citado de atuação policial movimenta o

imaginário social em direção a construir simbolicamente novos vetores de significância sobre a prática policial e o estreitamento de sua relação com a comunidade a depender das características específicas da área em que é implementado (RIBEIRO; MONTANDON, 2014).

Em 1992, foi criado o Batalhão Escola de Polícia comunitária localizado na Ilha do governador. Este batalhão guardava a característica de policiamento ostensivo como os demais, assim como uma especificidade de treinamento, capacitação e sensibilização dos policiais recém-formados para este fazer policial comunitário, o que garantia a tentativa de estabelecer um novo pensar e fazer policial na estrutura de prática profissional do policial militar, retomado na década de 2000 como Estágio de Qualificação de Policiamento Comunitário (EQPC) (RIBEIRO; MONTANDON, 2014). Segundo as pesquisas das autoras citadas, áreas conflagradas por conflitos armados com o poder paralelo fertiliza um diálogo áspero e infértil entre o corpo policial e o corpo social, sendo este um dos grandes desafios para um novo fazer policial.

Somado aos fatores citados, há um movimento político em manter os programas de policiamento comunitário com a mesma lógica de funcionamento e operacionalidade, mas com nomes diferentes, na tentativa de demonstrar o sucesso de seu governo ao instaurar a paz num ambiente conflagrado, o que por consequência leva a população e os próprios policiais a desacreditarem de programas como estes, configurando uma perda grande ao que concerne a segurança pública, uma vez que essas unidades apontam para uma nova imagem da polícia, tida como uma polícia humanizada capaz de dialogar com a comunidade (RIBEIRO; MONTANDON, 2014).

Mediante a este conflituoso cenário, as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) foram vendidas como uma das únicas soluções possíveis para a questão imperativa de segurança pública, em contrapartida, se tomou como verdade que as favelas são lócus de um mal social e fonte de violência, assim como foi fomentada a ideia de que o policiamento comunitário é empregado como ocupação de favelas da cidade na finalidade de garantir a soberania Estatal (RIBEIRO; MONTANDON, 2014). Mediante a este conflituoso cenário atual, entende-se que este é atravessado por vários vetores e forças sócio-históricas que modula uma rede de relações um tanto conflituosas, dado a historicidade dos processos cognitivos representacionais carregados emocionalmente de imbricamentos sociais, dessa forma, é emergente o remodular da relação polícia-sociedade, o que implica necessariamente uma reforma no fazer policial e o

exercício pleno da cidadania da população mediante a toda e qualquer questão que se apresente em seu território de moradia, reforçando e ratificando um Estado democrático de direitos.

Atualmente se vislumbra a emergencial necessidade de se contemplar um sistema de segurança pública em que a polícia e sua lógica de policiamento comunitário sejam apenas um dos veículos de prevenção da criminalidade, sendo algo para além da força policial, mas algo intimamente atravessado pela democracia e respeito aos direitos civis (RIBEIRO; MONTANDON, 2014).

2.5.1. Polícia e prevenção: Questões a serem pensadas

Entendendo a tamanha complexidade contemporânea do funcionamento social, é de suma importância a compreensão do corpo policial como uma peça fundamental vinculada a segurança pública, mas não a única. Dada esta proposta é imprescindível não pensar em polícia quando suscitam tantas questões que atravessam o fenômeno violência urbana. Segundo Minayo (2013), violência é um fenômeno multifatorial atravessado por uma série de vetores de forças instituintes históricos, políticos e de arranjos sociais. Dessa forma, o fracasso é resposta certa quando a violência é tratada como legado de ordem moral da polícia. Ainda segundo a autora citada, a violência enquanto um fenômeno, um acontecimento de ordem social só pode ser contemplado se respeitada à pluralidade multifatorial dos fatos, assim como exige um olhar multidisciplinar, entendendo que a violência guarda em suas entrelinhas vetores históricos, políticos e sociais a serem discutidos.

Dado a importância do estudo multidisciplinar da violência e não mais como casos estanques e isolados, mas como um fenômeno do corpo social, vale o debruço sobre alguns aspectos que envolvem uma questão de polícia preventiva, como a discussão militante e histórica sobre a reforçada e preconceituosa criminalização do negro e pobre, fato histórico que precisa ser combatido veementemente, e incorporado no discurso do corpo policial diminuindo o abismo existencial entre este e seu exercício laboral e o corpo social. A questão do narcotráfico, encarada pela Minayo (2013) de forma sistemática como uma rede de articulações que se engendram no corpo social focando as vendas de drogas, mas que conotam uma série de fatores sócios históricos. É demasiado limitante cercear as discussões sobre polícia militar ao

campo de combate a violência e não a convidar democraticamente para a ocupação em massa de outras secretarias como a dos direitos humanos, educação, cultura e saúde. Vale ressaltar que hoje, a polícia é uma peça que tapa lacunas de outras ossadas políticas que ferem diretamente o corpo social em seus direitos democráticos fundamentais. Dessa forma, não cabe uma polícia exilada de seu fundamental papel democrático, sendo encarcerada em seu dever estéril no mantenimento da ordem pública a todo custo, ou seja, não cabe mais uma polícia que não seja por excelência democrática.

2.6. - O POTENCIAL CIENTÍFICO DA TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS PARA A POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Todos esses fatores abordados no que concerne à polícia são e constituem elementos sócio históricos que constroem e dão vida aos esquemas de representações sociais que se forma sobre algo, ou seja, os esquemas significativos são construídos dentro do tempo espaço, ou seja, são históricos e sociais, e norteiam nosso comportamento pautados nos esquemas de significância já falado. Dessa forma, pelas representações sociais se configurarem uma teia de significantes constituída por atravessamentos sócio-históricos, trata-se de fatores que afetam e perpassam diretamente a questão polícia militar e seu exercício laboral. Esse remontar do processo sócio-histórico de formação de um corpo policial guarda um potencial preventivo para não se repetir um rumo violento e opressor, dessa forma, não se deve recair sobre a responsabilidade somente da polícia questões multifacetadas que guardam um entrelinhas da história do Brasil colônia. Trata-se de suscitar e contribuir para o movimento ao encontro do criar a apropriação crítica, por parte dos policiais militares, do simbólico sobre seu exercício laboral e dessa forma, construir um novo fazer policial em que promova a conscientização de que o corpo policial emerge do corpo social e conotam a este seu funcionamento político. É uma questão de pensar em uma polícia mais democrática para os próprios policiais militares a fim de que estes reflitam sobre todos os elementos e vetores significativos que os atravessam no exercício de sua função.

3. OBJETIVOS

Objetivo Geral

Levantar e identificar os elementos constituintes e significantes que estruturam, formam e sustentam as representações sociais do policial militar sobre a polícia militar.

Objetivos Específicos

Correlacionar os elementos de significância com o cenário laboral contemporâneo da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro e suas implicações políticas e sociais.

Identificar através dos elementos de significância suscitados o que contempla ser policial para os próprios policiais militares e os significantes constituintes desse processo.

Compreender os cognemas relacionados na construção da identidade social do policial militar no sentimento de pertença.

4. - MÉTODO

Objetivou-se com esta pesquisa alcançar os elementos de significância constituintes e sustentadores da instituição polícia militar do Estado do Rio de Janeiro, assim sobre a função de exercício de polícia, contemplando os processos sócio-histórico que culminaram nesta contemporaneidade semântica e que constituem características de centralidade da representação sobre a citada instituição por parte dos policiais militares, assim como os elementos que tendem a formar subgrupos garantindo a heterogenia e o processo de remodelação semântica das representações sociais, desta forma, entende-se que a perspectiva estrutural já abordada anteriormente sustenta e possibilita o presente estudo.

4.1 COMPOSIÇÃO DA AMOSTRA E CRITÉRIO DE ELEGIBILIDADE

Participaram da pesquisa 124 policiais militares da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, dentre eles, 28 policiais de batalhões e UPPs (Unidade de Polícia Pacificadora) e 96 policiais militares do CEFAP (Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças), ou seja, eram alunos em formação para compor o corpo de praças da PMERJ após o curso. Desses 124 policiais participantes, foram 14 Femps (policiais mulheres) e 110 policiais homens. Dessas 14 mulheres policiais, apenas 3 foram de batalhões e UPPs, as outras 11 foram do CEFAP. Outras informações socio- demográficas deixamos para que eles se sentissem a vontade para expor, uma vez levada em consideração os aspectos socio- políticos que envolvem a contemporaneidade da situação da PMERJ, para que os policiais se sentissem com o sigilo garantido, e a fim de reduzir a resistência, propositalmente alguns itens socio demográficos foram desconsiderados. A idade média do total de policiais militares é de 28 anos. A idade média dos policiais do CEFAP é de 27 anos e dos policiais militares dos BPMs e UPPs é de 35 anos. O critério de elegibilidade foi completar minimamente os questionários propostos e ter aceito as condições expostas no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

A amostragem foi de conveniência, ou seja, não foi preponderante o policial militar ser de determinada função dentro da corporação ou de determinado batalhão, UPP ou

companhia. Foram selecionados todos os policiais que concordassem com o TCLE e aceitassem preencher os questionários propostos.

A pesquisa foi realizada nas unidades laborais da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro a fim de contemplar o processo de estruturação das representações sociais dos sujeitos acerca de si enquanto policiais militares, uma vez que os cognemas estruturais dessas representações compõem um sistema, um esquema de crenças, valores, pensamentos consensuais e que são partilhados pelos elementos de determinado grupo social dando voz a processos identificatórios e culturais.

4.2 TÉCNICAS, INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS

A presente pesquisa pretendeu suscitar os elementos e cognemas que compõem e sustentam as representações sociais dos policiais militares do Estado do Rio de Janeiro sobre eles mesmos mediante a instituição PMERJ. Dessa forma, se fez necessário contemplar de forma sistemática e científica, através das técnicas possíveis, o percurso de construção das representações sociais assim como sua estrutura, para tanto, é de grande relevância a fim de uma compreensão aguçada e minuciosa que sejam revelados e identificados quais são os elementos constituintes do núcleo central das representações sociais.

Para a realização desta pesquisa foi utilizado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Através dele, os participantes se conscientizaram dos seus direitos, do sigilo dos conteúdos suscitados, assim como benefícios e riscos da pesquisa, contato dos pesquisadores e acesso ao Comitê de ética em pesquisa. A presente pesquisa foi apresentada em seus principais pontos ao comando Geral da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro através do preenchimento do formulário padrão que consta em obrigatoriedade no Boletim de propostas de pesquisa a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro de 2017, juntamente a outros documentos exigidos, como: Termo de sigilo, termo de comprometimento e parecer do orientador de pesquisa expondo a relevância da pesquisa para a corporação. Dessa forma, a presente pesquisa foi autorizada pelo Estado Maior através da CAES- Centro de Assuntos Estratégicos.

Mediante a autorização para utilização como campo de pesquisa a polícia militar, a pesquisa, ainda em formato de projeto, foi submetida ao Comitê de ética a fim de que estivesse em consonância com todos os requisitos de pesquisa com seres humanos. Após a aprovação, foi realizada a coleta de dados através do instrumento de representações e identidades sociais. Vale ressaltar que uma vez as documentações de autorização de pesquisa autorizada pelo CAEs estando de acordo com todos os protocolos de exigência, é cordial a receptividade do pesquisador nas unidades militares, entretanto, como a porta de entrada sempre é realizada pelo policial militar responsável pelo setor de pesquisa e educação ou pelo setor de psicologia, que são em sua maioria oficiais, percebe-se nas respostas dos policiais que estes foram contidos na exposição de seus conteúdos, o que sugere o esboço de funcionamento hierárquico e disciplinar da instituição PMERJ.

Para a coleta dos dados, foi utilizado um instrumento em formato de questionário composto por 4 questões de evocações livres e 3 questões abertas abordando o conteúdo de representações sociais. A fim de aludir os elementos do núcleo central, realizou-se a técnica da evocação livre que consiste em solicitar aos participantes que verbalizem um determinado número de palavras, termos que são evocadas a sua consciência seguindo uma hierarquização, dessa forma, se faz suscitar no sujeito associações livres de conteúdos latentes que compõem um universo semântico (OLIVEIRA et. al, 2005), assim como estimulam cognemas esquematizados num funcionamento semântico inconsciente evocados pelas evocações de zona muda, conteúdo que não seria verbalizado .

Com os dados coletados através da técnica de evocação livre, foi realizada a categorização dos conteúdos, ou seja, os termos, as evocações foram agrupadas em categorias numa amostragem total sendo organizadas num sistema de prototipalidade e similitude, assim como foram contemplados a frequência e o ranking de aparecimento dos termos. Dessa forma, se vislumbra uma estrutura da dimensão significativa e cognitiva do que é representando pelos participantes (VERGÈS, 2005).

O manuseio dos dados foi realizado pelo instrumento de análise *Iramuteq* (2008), a fim de que este construísse categorias na amostragem total fazendo uma análise estatística dos dados, assim como análise prototípica das evocações. Ao que concerne as questões abertas que abordam o contexto de representação social, seus conteúdos foram analisados de acordo com a análise de conteúdo, mediante sua função heurística caracterizada pela especificidade exploratória dos vetores exteriorizados, assim como suscitaram vetores significativos que

atravessam o conteúdo. Dessa forma se configura uma técnica de análise de dados extremamente empírica, na medida em que é por excelência uma análise de significados de caráter descritivo (BARDIN, 1977). Esse conteúdo também foi trabalhado e manipulado de modo que formassem categorias, o que possibilitou a classificação dos elementos significantes e estruturantes do discurso, ou seja, abarca os elementos constituintes da construção da mensagem, dessa forma, pode-se dizer que sua análise é transversal e por excelência temática (BARDIN, 1977).

4.3- ANÁLISE PROTOTÍPICA E DE SIMILITUDE

Segundo Abric (1994), a técnica de evocação livre, por consistir em uma produção verbal, diminui as barreiras ao que concerne as representações sociais. Segundo (OLIVEIRA et. al. 2005), a técnica de evocação livre se assemelha da associação livre de ideias, uma vez que deseja acessa conteúdos significantes que funcionam representativamente, mas que não são acessadas facilmente pela corrente da consciência do sujeito. Segundo o autor, as técnicas de evocação livre se caracterizam por ser um campo de estudo das representações sociais, no qual se é pedido para que o sujeito verbalize um número específico de conteúdos verbais, palavras ou expressões que vem ao seu pensamento espontâneo e por sequência, numerá-las de forma hierárquica do conteúdo expresso do mais importante para o menos importante. Mediante a isso, a técnica revela sua dimensão projetiva, em que os sujeitos acessam elementos de conteúdos latentes que são encobertos mediante a produção cognitiva e consciente de um discurso. Oliveira et. al. (2005), discorre ainda que objetiva- se contemplar com a técnica a percepção dos sujeitos de um determinado grupo social sobre a realidade. Dessa forma, se faz de extrema necessidade o uso da técnica, uma vez que se tratando de uma instituição militarizada, os conteúdos latentes se encobertariam atrás de um discurso padronizado e hegemônico.

Os dados suscitados com a técnica de evocação livre foram manuseados de forma a lograr a análise prototípica em que se vislumbra o cálculo da frequência e a ordem de aparecimento dos conteúdos, cognemas e agrupá-las em categorias. (WACHELLE; WOLTER, 2001).

4.4 ANÁLISE DE CONTEÚDO

Segundo Bardin (2009) a técnica de análise de conteúdo consiste em um conjunto de procedimentos sistemáticos de descrição do discurso exposto com o objetivo de vislumbrar o sentido, a semântica deste discurso (CAMPOS, 2004). Segundo Minayo (1994), a análise de conteúdo permite a verificação das hipóteses científicas construídas a priori, assim como objetiva-se contemplar o conteúdo latente presente no discurso manifesto dos participantes, ou seja, é um caminhar para além desse manifesto, uma vez que este pertence a corrente cognitiva da consciência.

Segundo Bardin (2009) a técnica de análise de conteúdo consiste em a priori numa pré-análise do conteúdo, na qual consiste em uma exploração sistematizada do conteúdo semântico exposto pelos participantes, em seguida, a organização do material colhido, que consiste em selecionar as unidades de registros semânticos e categorias, mediante os objetivos do trabalho.

Segundo Minayo (1994), essa explorarão do conteúdo semântico do discurso se caracteriza como uma categorização em que o material é agrupado em categorias, unidades semânticas e interpretadas de forma que sejam acessados os conteúdos latentes presente nos discursos a fim de indicar aspectos semânticos no fenômeno que se analisa. Segundo Bardin (1977), a análise de conteúdo possibilita leituras científicas tanto qualitativas quanto quantitativas, uma vez que possibilita a análise da frequência em que os elementos do discurso são suscitados, assim como permitem analisar a presença de determinados conteúdos que remetem e remontam o fenômeno estudado.

Nessa abordagem, é o pesquisador que, através do manuseio do material, estabelece categorias, unidades de codificação, registro, de forma que se faça a análise categorial do material, identificando a relação das unidades de registro entre si. O intento científico com a análise de conteúdo, são as condições do discurso e não o discurso em si, ou seja, as condições do discurso trazem elementos fenomenológicos latentes sobre o cenário em que a questão remete o participante, dessa forma, é uma análise da mensagem semântica que ali consta. Segundo Bardin (1977), a análise de conteúdo consiste num conjunto de técnicas e procedimentos de análise através da descrição de mensagens a fim de suscitar conhecimentos

científicos sobre os conteúdos de discurso uma vez que a própria técnica possibilita o conhecimento de pressupostos inerentes ao universo semântico do participante.

4.5 TRATAMENTOS DOS DADOS

Os dados colhidos através da técnica de evocação, foram submetidos ao software *Iramuteq Version 0.7* (2008). Este *Software* permite uma leitura científica e sistemática dividida em alguns moldes de interpretação. Segundo Camargo e Justo (2014), este instrumento proporciona a organização do material e sua análise lexicográfica. Segundo Wachelke e Wolter (2001), a análise prototípica do conteúdo, consiste num cálculo de frequência de aparição dos cognemas e de ordem de evocação, esse processo possibilita as categorizações das composições e as co-ocorrências dos cognemas suscitados pela técnica. Na presente pesquisa foi utilizado também a análise de similitude, como uma técnica complementar a análise fatorial clássica descrita acima, ou seja, permite ser constatado a co-ocorrência de cognemas indicando a conexidade entre eles formando uma nuvem de cognemas que vislumbra o interpretar do conteúdo mediante a força conexão, o vínculo dos cognemas (CAMARGO; JUSTO, 2014).

5.0 - RESULTADOS E DISCUSSÕES

5.1 ANÁLISE DA TAREFA DE EVOCAÇÃO

A análise prototípica da primeira evocação (como exposto na tabela abaixo) concerne ao que vem à lembrança do policial sobre **ser policial militar**, revela cognemas que compõem possivelmente a zona de centralidade que são: PROTEGER; SERVIR; HONRA; ORGULHO; DESTEMOR; VOCAÇÃO; SONHO. São cognemas significantes que compõem e sustentam o próprio conceito contemporâneo que fundamenta o fazer policial. Como expõe Storani (2008), conotando que desde de seu início o aparato policial do Estado do Rio de Janeiro já era uma força militar, dessa forma, no discurso dos policiais, principalmente dos praças, terão incorporados cognemas que formam o discurso consensual oficial de ser policial especificamente de uma instituição militar.

Apesar de comporem uma possível centralidade, conotam estar associados ao discurso internalizado pelos integrantes da própria corporação no processo de formação profissional assim como, são elementos semânticos pertencentes ao próprio universo militar (MUNIZ, 1996), não que se configure uma questão negativa a ser resolvida pela corporação, mas precisa-se ressaltar que todo cognema funciona através de sua significância em determinado grupo, então, a questão não é o aparecimento de cognemas já pertencentes ao discurso internalizado, incorporado e propagado sobre ser policial, mas como funciona o significante servir, proteger, honra e outros mais que apareceram na possível zona de centralidade na construção do que é ser um policial ou se tornar um policial, justamente porque o que afeta e transpassa as relações sociais e formam representações sociais é justamente o arranjo de funcionamento do significante. Dessa forma, vale refletir sobre os mecanismos utilizados pelo aparato policial para determinado fim, essa é a questão.

Em relação ao cognema HONRA, revela-se no tocante a identidade social profissional do policial militar, uma vez que os policiais consideram que para ser policial, a honra é evocada como dimensão identificatória, ou seja, está no pensamento representativo de ser policial, desta forma, entende-se como expôs Girardet (2000), a instituição polícia por ter se construído como uma instituição militar, revela uma homogeneidade simbólica recíproca e absoluta que coloca

seus integrantes num plano moral diferente da massa social restante, logo, por isso o cognema HONRA é evocado pelo grupo policiais militares.

O cognema DISCIPLINA aparece num quadrante mais periférico, mas não menos importante, uma vez que o aparato policial do Rio de Janeiro possui um RDPM (Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro) que norteia e compõem os aspectos preponderantes para ser policial, mas que necessita ser revisado mediante a necessidade de remodelar a função polícia de acordo com o avanço social e democrático da própria corporação e sociedade, uma vez que as práticas, os comportamentos manifestos que constituem o ser policial, muitas vezes, como exposto por Storani (2008), são desconhecidos pelos próprios oficiais.

Como elemento de contraste, sobressai o cognema RISCO, o que demonstra, que o arranjo significante sobre a evocação ser policial está sendo reacomodada mediante as novas configurações sociais, políticas e econômicas em que a polícia está inserida, ou seja, há subgrupos de policiais militares do Estado do Rio de Janeiro que entendem e interpretam o cognema RISCO em funcionamento sobre ser policial, o que aponta para a necessidade de repensar as características que dão vida as práticas do policial militar, uma vez que o próprio risco em seu conceito é o elo entre polícia e sociedade moderna, segundo Minayo e Adorno (2013).

Segundo Minayo e Adorno (2013) o conceito de risco se estabelece como a previsão de eventos negativos e por mais que faça parte das práticas policiais na sociedade contemporânea, podem ser agravados mediante as relações superiores militares dentro de um circuito político social, o que conota as rachaduras históricas das práticas policiais.

Na zona de segunda periferia, aparecem os cognemas LUTO e MEDO que escapam do modelo padronizado de atuação e de discurso do corpo policial militar. Entretanto, a presença desses cognemas afirmam a extrema urgência em repensar a finalidade e a função de polícia, uma vez que, os cognemas suscitados pela evocação dos policiais conotam novas incorporações no pensamento simbólico do policial e que contradizem a finalidade democrática de existência de um aparato policial, além disso, está vinculado a presença do cognema RISCO, uma vez que LUTO e MEDO são suscitados se o pensamento social sobre ser policial é constituído sócio- politicamente por algum risco.

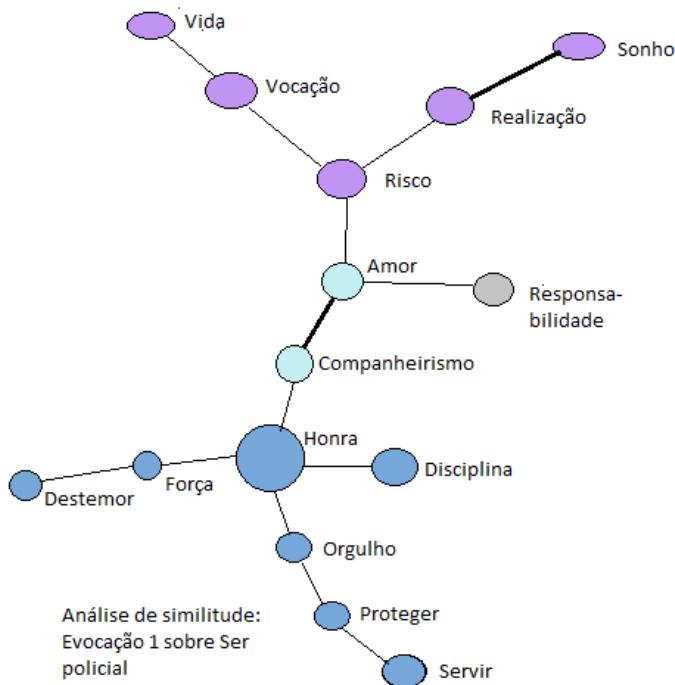
(Tabela 1- Análise prototípica da evocação 1: Sobre ser policial)

<14.68 Fréquences >= 14.68	1 <=2.81 Rangs > 2.81		
	Zone du noyau	Première périphérie	
	PROTEGER -31-2.8 SERVIR -29-2.2 HONRA -28-2.5 ORGULHO -17- 2.6 DESTEMOR -17-2.6 VOCAÇÃO -15-2.5 SONHO -15-1.8	DISCIPLINA -23-3 REALIZAÇÃO -15-3.1 RESPONSABILIDADE- 15-2.9	
	Elements contrastes	Seconde périphérie	
		RISCO- 24-2.4 AMOR- 13-2.8 FORÇA- 13- 2.8 VIDA- 13- 2.8 Lealdade- 12- 2.5 Justiça- 10- 2.7 Herói- 9- 2.2	COMPANHEIRISMO- 14- 3.9 TRABALHO- 12-3.7 LUTO- 10- 3.1 MEDO- 9-3.6 Família- 9- 3.4 Ordem- 8- 3.4 Objetivo- 8-4.1 Dedicação- 8- 3.4
Tabela da evocação 1: Sobre ser policial			

A análise de similitude sobre a **evocação ser policial** demonstra a força de conexão entre o cognema **risco** (elemento de contraste, segundo a análise prototípica que conota um elemento crucial sobre o panorama genuíno vivenciado pela figura do policial) e os cognemas **vocação, realização e amor**, o que condiz que os policiais dispõem de um elemento de significância (risco) relativo ao desenho genuíno de ser policial compondo o conceito profissão mesmo que tenham sentimentos ou sensações positivas referidas a ela. Da mesma forma que a árvore semântica abaixo, demonstra dois eixos, um formado pela força de cognemas referentes ao discurso oficial da prática e sentir policial, formado pelos cognemas **honra, orgulho, proteger, força**, e outro formado pela força de ligação de cognemas que apontam a realidade das práticas e sentir policial mediante a sociedade contemporânea que foge ao discurso padronizado oficial. Poncioni (2003) discorre sobre a distância entre as práticas policiais e de fato o discurso oficializado sobre, trata-se de uma lacuna entre o fazer e o poder, dessa forma, quando se prioriza as práticas de combates militares se reforça uma relação de dominação também presente no repertório representacional da sociedade em relação a instituição policial,

ou seja, mediante a afirmação, vislumbra-se esse distanciamento que abre rachaduras para os elementos que escapam ao discurso oficializado como veremos adiante.

(Figura 1: Análise de similitude evocação 1 Sobre ser policial)



A análise prototípica da evocação sobre a **PMERJ** verifica-se na zona de centralidade os cognemas **VALOR**; **DESGASTE**; **MILITARISMO**; **HONRA**; e **DISCIPLINA**. O cognema **VALOR** conota atribuição de valor moral, sentimental ou emocional em relação a instituição PMERJ e supõe também fazer parte do discurso internalizado pelos valores morais e de conduta passados e incorporados pela instituição aos seus membros, assim como também os elementos emocionais partilhados pelos elementos grupais componentes da instituição formando uma identidade profissional.

No cognema **DESGASTE** agrupou-se todos os significantes evocados pelos policiais que conotassem algo negativo, pejorativo referente a imagem representativa ou ao pensamento social compartilhado por esse grupo de policiais militares sobre PMERJ. A presença desses dois cognemas na mesma zona de centralidade demonstra que os policiais mesmo atribuindo valor a instituição PMERJ e partilhando de conceitos enraizados que compõem e constituem uma imagem simbólica da instituição, ou seja, reconhecem historicamente a importância da

instituição polícia como instrumento de ordem pública, sentem, interpretam e direcionam pensamentos destoantes do discurso dominante e teórico sobre a mesma, o que demonstra a dissonância entre a prática e o discurso de polícia. Tal fenômeno merece reflexão uma vez que a polícia, enquanto instituição, subjetivou-se na medida em que se tornou militarizada (cognema também presente na possível zona de centralidade), o que conota que por ser uma instituição militar, suas especificidades constituem consequências teórico práticas para o fazer policial. Monjardet (2012) discorre uma reflexão muito importante ao que concerne à distância entre o eixo teórico, ou seja, tudo aquilo que concerne ao discurso sobre a instrumentalidade de polícia, e a prática e seus diversos vetores de atravessamento em si, justamente porque todos os vetores sociais que desembocam na necessidade de atuação policial está para além da capacidade discursiva do próprio aparato policial, além disso, este é subordinado a várias instâncias de autoridades que se articulam no Estado através da ordem hierárquica.

Os cognemas HONRA e DISCIPLINA são elementos de significância vinculados ao discurso oficial de características, aspectos constituintes da figura do policial como personificação da instituição polícia, é o resultado do que se espera ser verbalizado, manifesto e registrado, como veremos adiante.

Na zona de primeira periferia aparece o cognema HIERARQUIA que conota e remete ao próprio funcionamento militarizado da corporação, como exposto acima. Segundo Girardet (2000), o “ethos militar”, além de identificações carregadas de aspectos identitários homogeneizados, tem como seus pilares semânticos sustentadores a hierarquia e a disciplina, gerando a de organização característica militar para as polícias ostensivas.

Na segunda periferia encontra-se o cognema APRENDIZADO, não menos esperado já que mais de 50% dos policiais constituintes da amostra de pesquisa foram do CEFAP, ou seja, estavam num processo de formação de praças, entretanto, este cognema remete a algo que já vem sendo discutido na sociedade acadêmica, que é a grade curricular dos praças estudantes do CEFAP. Segundo Muniz (2001), o modelo de formação de policiais ainda segue um modelo de disciplinas orientadas para o uso de força, ou seja, que sugere o adestramento e os condiciona para o uso de força, o que deveria ser revisto, uma vez que são os praças, principalmente os operacionais, que ocupam os espaços urbanos e atuam no corpo social do qual fazem parte, são eles que em sua essência ocupam as ruas e se relacionam e atuam com a sociedade contemporânea. Segundo ainda a autora, esta ideia produzida no processo de formação, atravessa o próprio processo profissionalizante da formação dos policiais.

Na segunda periferia aparece ainda o cognema FAMÍLIA. Este cognema diz sobre a formação de um mecanismo de familiarização com os elementos expostos pela corporação, fazendo com que o policial se sinta familiarizado com o grupo em que está inserido, pois os elementos do deste compartilham pensamentos e sensações até mesmo através do processo consensual de familiarização e interpretação da realidade que se apresenta.

Como elementos de contraste, apareceram os cognemas VIDA, TRABALHO, SONHO e DINHEIRO, que conotam ser elementos constituintes de um pensamento social partilhado por um subgrupo que compartilham da semântica da PMERJ ser um meio de vida, um trabalho, um emprego. São aspectos que compõem uma característica profissão e não elementos simbólicos vinculados ou referentes ao funcionamento ou identitário da instituição PMERJ.

Tabela 2: Análise prototípica da evocação 2 sobre a PMERJ

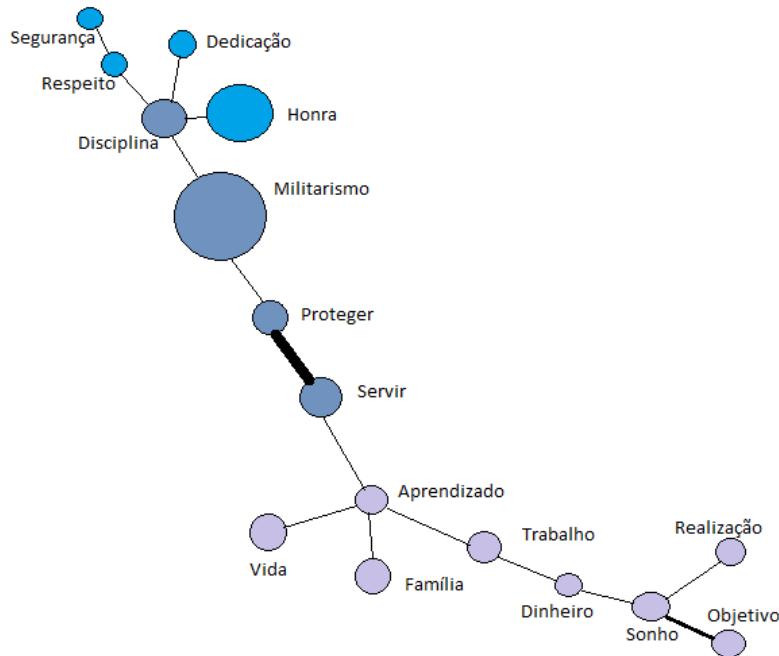
2 <=2.91 Rangs > 2.91	
<15.95 Fréquences >= 15.95	Zone du noyau
2.9	VALOR- 33- 2.6 DESGASTE- 31- 2.7 MILITARISMO- 25- HONRA- 19- 2.5 DISCIPLINA- 17-2.7
	Première périphérie
	HIERARQUIA-35- 3 PROTEGER- 17- 3
	Elements contrastes
	VIDA- 15- 2.9 TRABALHO- 12- 2.2 SONHO- 12- 2.3 SEGURANÇA- 11-2.2 DINHEIRO- 11- 2.5 DESTEMOR- 8-2.8
	Seconde périphérie
	APRENDIZADO-15- 3.5 FAMÍLIA- 14- 3 SERVIR- 14- 3.1 RESPEITO- 12- 3.1 DEDICAÇÃO- 12- 3.7 REALIZAÇÃO- 11- 3.7 OBJETIVO- 10- 4 FORÇA- 9- 3.7 SATISFAÇÃO- 8- 3.4
	Tabela da evocação 2: Sobre a PMERJ

A análise de similitude desta segunda evocação conota a força de conexão entre os cognemas SERVIR e PROTEGER, o que ainda demonstra os significantes que contribuem e sustentam o discurso oficial sobre a PMERJ, sendo elementos consensuais dentro do grupo, ou seja, constituem o discurso formado sobre a PMERJ que é transmitido e incorporado no pensamento social do policial militar.

O cognema DISCIPLINA vinculado aos cognemas HONRA, MILITARISMO, DEDICAÇÃO e RESPEITO conotam que o processo de formação do conceito disciplina incorpora outros significantes que tem relação com a formação ou a sustentação de uma instituição militarizada e ainda com o constructo identitário subjetivo desta instituição. Segundo Guimarães (2000), os cognemas coragem (destemor), força ou cognemas que remetam a ordem militar, são características pertencentes ao discurso dominante do senso comum como essenciais para o exercício de função polícia, o que resume o trabalho policial a uma barreira física a fim de garantir a ordem pública.

Esta árvore semântica, assim como a da primeira evocação, sugere dois eixos de ramificação semântica. Um relacionado às características e aspectos da instituição, segundo os elementos consensuais partilhados dentro do grupo, ou seja, são significantes que sustentam um pensamento representativo sobre a instituição PMERJ, e o outro eixo, composto por características e elementos significantes que atravessam o discurso oficial e funcionam através do pensamento social. É um eixo carregado de elementos, ainda que povoem e funcionem em zona de periferia e pertençam ao grupo de elementos de contrate, que representam características do cenário vivido cotidianamente pela instituição. Um eixo representa o discurso e o outro a prática, este último sempre em interação e reacomodação semântica nas relações de comunicação com o corpo social.

Figura 2: Análise de similitude da evocação 2 sobre a PMERJ



A análise prototípica da evocação sobre **um amigo de corporação**, demonstra que na zona de centralidade encontram-se os cognemas **companheirismo, família e lealdade**. Esses elementos sugerem a formação de um vínculo afetivo-emocional entre os integrantes de um mesmo grupo, no caso da polícia militar. Constituem elementos semânticos de vínculo que formam o elo afetivo emocional entre os componentes grupais e formam o componente afetivo do processo de identidade social, neste caso, os policiais militares, ou seja, são sentimentos atribuídos ao fato dos componentes constituintes pertencerem ao mesmo grupo. Segundo Tajfel (1983), o sentimento de pertença está associado ao valor e ao significado emocional atribuído ao fato de pertencerem a determinado grupo, este é o componente afetivo no processo de identificação social.

Os elementos de contraste conotam cognemas que tendem a movimentar a significância e funcionamento da representação pela formação de subgrupos, ou seja, nesta evocação, encontram-se os cognemas **servir, honestidade e saudade** que permeiam as relações e os vínculos entre os policiais e engendram por avivar outros aspectos da realidade vivida pelo grupo de policiais militares, inclusive em relação à mortes de policiais militares quando levamos em consideração o cognema **saudade**.

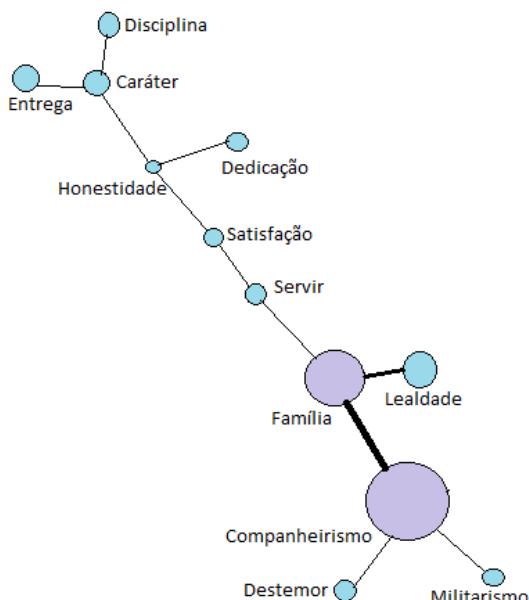
Este cognema acrescido do cognema **medo**, elemento presente na secunda periferia, traz a luz outros componentes constituintes da realidade grupal, que apesar de não serem majoritários, conotam e apontam as complexidades da atuação e das práticas profissionais deste grupo, além de remontarem aspectos muito específicos da realidade vivenciada por eles. Segundo Guimarães (2000), esse estereótipo formado sobre a figura do policial como um herói, uma espécie de justiceiro social, não é um processo de representação estanque ao grupo de policiais, pelo contrário, como exposto nos capítulos introdutórios, as representações sociais são orientadas a interpretação da realidade e funcionam nas relações de comunicação social, dessa forma, segundo o autor, esta figura estereotipada também é algo representativo da sociedade que dá vida ao personagem policial militar, mas que segundo os dados sugerem, essa figura não suporta a tantos vetores complexos do arranjo social contemporâneo.

Tabela 3: Análise prototípica da evocação 3 sobre um amigo de corporação

3 <=2.86 Rangs > 2.86	
Zone du noyau	Première périphérie
COMPANHEIRISMO-90-2.7	DEDICAÇÃO-21-3.6
FAMÍLIA-63-2.3	
LEALDADE-33-2.5	
Elements contrastes	Seconde périphérie
SERVIR-13-2.8	Militarismo-17-3.1
HONESTIDADE-10-2.4	Caráter-16-2.9
Saudade- 9-2.8	Satisfação-16-3
Confiança-9.2.7	Destemor-12-3.5
	Entrega-12-2.9
	Disciplina-10-3.8
	Respeito-9-2.9
	Força-9-3.6
	Proteger-9-4
	Medo-8-3.2
	Inteligência-8-4
Tabela da evocação 3: Sobre um amigo de corporação	

A análise de similitude desta evocação sugere o cognema **caráter** como unidade de significância vinculada aos cognemas **disciplina**, **entrega**, e **honestidade**, o que sugere dados sobre a identidade social do policial militar, uma vez que o cognema **caráter** (elemento de segunda periferia, segundo a análise prototípica), está vinculado à elementos de significância que podem remeter à construções semânticas sobre a indentidade profissional. De acordo com Muniz (1996), o processo de manutenção e personificação de características especificamente de unidades militares respeitam um processo histórico e se configuram características de um universo especificamente militar, dessa forma, as ações no campo da segurança pública se tornam inherentemente de caráter militaristas. Vale ressaltar que esta árvore semântica, também desenvolvida em dois eixos como as outras já apresentadas, conota remeter a elementos constituintes da figura simbólica sobre o companheiro de corporação. Dada a proposta desta evocação, consegue-se vislumbrar, como mostra a figura abaixo, que os elementos que engendram o simbólico afetivo emocional (de roxo), apesar de não estarem no meio exato da árvore semântica, conotam um vínculo, uma ligação entre outros cognemas que sustentam e compõem um pensamento social padronizado sobre o companheiro de corporação, como características peculiares sobre a figura do companheiro mediante o pensamento que ele também compõe uma figura de policial militar. Além disso, pelo processo identificatório, os componentes do grupo tendem não só compartilharem características simbólicas que sustentam a imagem do policial militar, como também os sentimentos e emoções vivenciados juntos nas situações laborais.

Figura 3: Análise de similitude da evocação 3 sobre um amigo de corporação



A análise prototípica sugere como elementos de centralidade em relação a evocação **função polícia**, os cognemas: **risco, proteger e valor**, o que implica na evocação do elemento risco trazendo um novo componente de significância para o cenário da função policial. Interpreta-se que para os policiais militares o exercício de função polícia implica necessariamente um risco, o que conota todo o processo político, social e cultural vivido na contemporaneidade carioca. O cognema **proteger** sugere ainda um elemento semântico composto por conceitos já internalizados no discurso do fazer policial, principalmente ao que concerne a função polícia. Já o cognema **valor**, ressalta semanticamente os significantes que para os policiais são importantes para exercer esta função. Eles compartilham do pensamento social que para exercer a função polícia é necessário o sujeito ser provido de valores, mas tal fato ainda demonstra a força do discurso militar constituído como discurso oficial.

Vale ressaltar que na primeira periferia, encontra-se os cognemas **satisfação**, que sugere o sentimento dos policiais em relação ao exercício de função polícia, e o cognema **desgaste**, sugerindo um contraste semântico, uma vez que neste cognema foram concentrados todos os significantes que conotassem algo negativo em relação a instituição PMERJ. Entende-se que os policiais militares por mais satisfeitos que estejam especificamente com o exercício da função, conotam evocar questões a serem trabalhadas na própria instituição, inclusive em relação ao exercício da função, com isso, expõem algo a ser refletido. Segundo Kante de Lima (1997, apud, STORANI, 2008), a formação do policial militar ainda é orientado para o treinamento priorizando a padronização ideológica repressiva e punitiva, ou seja, o aparato policial em primeira instância está inherentemente vinculado a ordens superiores e em outros momentos, encontram-se num cenário formado por questões genuínas contemporâneas que não podem ser resolvidas com o discurso idealizado aprendido, o que explica cognemas de nuvens semânticas distintas coexistirem na possível zona de centralidade.

O resultado vislumbra que mesmo mediante o reconhecimento cognitivo de vetores negativos constituintes não só da instituição, mas da prática policial, os policiais logram suscitar o sentimento de satisfação em relação a sua prática laboral, o que pode indicar um conteúdo significante em funcionamento no pensamento social dos policiais militares em relação ao que eles pensam, significam e sentem como êxito da função e sobre o que é a função policial, que segundo Monjardet (2012) está muito distanciado de uma posição estanque de ser somente a repressão da delinquência.

Como elementos de contraste foram evocados **cansaço, combate e dificuldade**. Interpreta-se que esses elementos de significância compõem e sustentam cenários sociais que urgem serem rearranjados. Conotam que na representação dos policiais sobre o exercício da função, aparecem os confrontos armados somados às questões institucionais militares que ultrapassam a necessidade de existência para a melhor execução da função polícia.

Tabela 4: Análise prototípica da evocação 4 sobre a função polícia

4		<=2.84 Rangs > 2.84	
<23.53 Fréquences >= 23.53	Zone du noyau	Première périphérie	
	RISCO-60-2.4	SATISFAÇÃO-26-3.5	
	Proteger-40-2.6	DESGASTE-25-3.4	
	Valor-34-2.7		
	Servir-29-2.7		
	Elements contrastes	Seconde périphérie	
	CANSAÇO-23-2.4	DESTEMOR-18-3	
	COMBATE-19-2.8	DEDICAÇÃO-18-3.8	
	Dificuldade-15-2.7	Honra-13-3.2	
	Militarismo- 14-2.2	Disciplina-10-3.3	
Tabela da evocação 4: Sobre a função polícia			

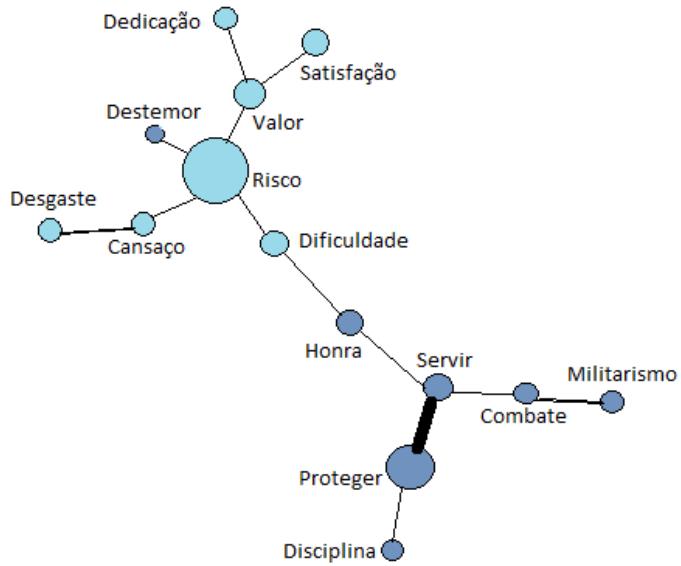
A análise de similitude desta evocação, assim como as árvores semânticas das três evocações anteriores, desenha dois eixos, desta vez, bem delineados. O primeiro eixo (em azul claro) remete a elementos constituintes da realidade laboral dos policiais militares. São esses elementos que conotam a confusão sócio histórica sobre qual é a função da polícia de fato, e nestas tentativas de ensaios e erros, aparecem elementos sérios e complexos como os pertencentes a este eixo.

Algo interessante que apareceu nesta árvore, foi o fato do cognema **destemor** está vinculado ao elemento central RISCO, mas que não apareceu conectado aos outros elementos do outro eixo (em azul escuro) do qual semanticamente faz parte. Tal fenômeno vislumbra que para os policiais militares exercerem a função policial, destemor é uma característica inerente da figura estereotipada do policial mesmo que o coloque em risco. Tal resultado conota a complexidade histórica que as práticas policiais se encontram assim como os processos identificatórios profissionais.

É de grande relevância atentarmos para a força de vínculo semântico entre os cognemas CANSAÇO e DESGASTE. Elementos de significância que escapam da ideia homogeneizada sobre o exercício da função polícia e ainda, a ligação semântica entre CANSAÇO e RISCO remonta a ideia de que as condições de trabalho, a forma de que é exigida a execução da função pode colocar os policiais militares em risco. Segundo Poncioni (2003), o estereótipo construído sobre o policial militar é agregado e fortalecido na identidade profissional como uma característica essencial para obter sucesso nas operações policiais, o que incorpora ainda mais o discurso dominante sobre a figura predominante do policial militar, mas que não condiz com as características exigidas pelo cenário contemporâneo onde atua.

O eixo em azul escuro demonstra e revela o discurso oficializado padronizado já discorrido acima, entretanto, sempre há necessidade científica de expor que esse discurso majoritário não fica retido em uma nuvem simbólica abstrata conceitual, muito pelo contrário, esse sistema de representação, está em pleno funcionamento, atravessando pensamentos, compondo comportamentos e estabelecendo crenças e se instituindo realidades.

Figura 4: Análise de similitude da evocação 4 sobre a função polícia



5.2 ANÁLISE DE CONTEÚDO: CATEGORIZAÇÃO

Segundo Abric (2001), o núcleo central é um constructo semântico construído socialmente em uma representação, dessa forma, se configura uma construção sócio-histórica, sendo este ligado à normas, valores e princípios morais socialmente construído. Tal conceito é de grande relevância contemplar, uma vez o objeto de estudo ser a PMERJ. Uma instituição de discurso semântico sedimentado, cristalizado sobre um modus operandi militar, este revela uma modelagem cognitiva, identificatória e comportamental dos elementos que compõem a instituição. Segundo ainda o autor, são os elementos periféricos que sustentam a heterogeneidade do grupo, ou seja, são estes subgrupos que comportam novos cognemas acoplados no discurso, ou para a construção de uma nova representação ou para a remodelação do discurso apresentado nas relações de comunicação, uma vez que é o movimento de tornar elementos semânticos não conhecidos em familiares, é o processo formador de uma nova representação pelo mecanismo de funcionamento de ancoragem (VALA, 2006).

5.2.1. O entendimento dos policiais militares sobre como são compreendidos, vistos pela sociedade.

Através desta questão, pretendeu-se vislumbrar os constructos representacionais que permeiam o pensamento social sobre como os policiais registram, pensam sua imagem segundo e perante a opinião da sociedade, uma vez que as representações sociais, como um mecanismo de familiarizar-se, através do processo de comunicação, com os elementos da realidade (Vala, 2006), dessa forma, os policiais militares possuem padrões cognitivos que culminam num repertório comportamental mediante as representações sociais que possuem sobre determinado elemento.

Esta questão foi respondida por 120 policiais militares, sendo 120 respondentes considerado a amostragem de 100%. Quatro se abstiveram de responder. Como percebe-se na tabela abaixo, segundo a análise de conteúdo de Bardin, as respostas foram categorizadas em 3 grupos: A primeira categorização diz a respeito do grupo de policiais militares que acreditam serem vistos pela sociedade de **forma positiva** (apenas 72 unidades de registro- CATEGORIA 1). Representam 60 % do total de 120 questionários respondidos. Foram encontradas subcategorias como: HERÓI (19); PROTEGER (10); RESPEITO (4); AMADO (4); EXEMPLO (4); CORAGEM/DESTEMOR (3).

O grupo de policiais militares que se pensam serem considerados **heróis** pela sociedade, correspondem 26,38% da amostragem total da primeira categoria (60 %), os que se pensam vistos na função de **proteger** correspondem 13,88%, os que se pensam que inspiram de alguma forma **respeito**, que são **amados** e servem como **exemplo**, correspondem 5,55%. Observe as frases prototípicas abaixo:

“Acho que como herói por parte da sociedade”

“Defensor, ídolo”

“Alguém com coragem e destemor, com aptidão para servir e proteger os cidadãos de bem...”

“Como protetor”

Estas subcategorias foram vinculadas, associadas pelos policiais militares a certos grupos sociais, por exemplo, a subcategoria **herói** foi mais associada por eles aos grupos “por quem precisa”, “aos que me conhecem”, “pessoas do bem”, “pela maioria”, “parte da sociedade”, “por muitos”. Estas associações conotam sobre a forma representacional relacional entre a sociedade e a polícia militar. Diz respeito sobre o funcionamento do aparato policial associado e dependente ao grupo societal com o qual se relaciona, o que remonta a própria história de formação do corpo policial e sobre a forma que atua na sociedade contemporânea. Sugerem também que eles interpretam que o grupo societal que tem um conhecimento prévio sobre o exercício de polícia os representam de forma positiva, assim como aqueles que precisam ou precisaram da polícia. Observe as frases prototípicas abaixo:

“Para pessoas de bem, policiais são vistos como heróis...”

“Por muitos, como herói, um guerreiro...”

“Por boa parte, sou visto como herói...”

“...mas para quem conhece mesmo, como a família e para quem já precisou, um herói.”

Esta categorização revela um discurso oficializado e institucionalizado numa tentativa de naturalizar as práticas profissionais militares e de legitimar os discursos transmitidos dentro das unidades de formação do policial militar.

São compostas por elementos de significância que sustentam e compõem o discurso oficializado transmitido. Conota que os policiais militares apresentam a necessidade identificatória de evocarem em seus registros semânticos cognemas e unidades de registros que formam unidades de identificações com os outros elementos grupais formando assim, a identidade grupal ao que concerne a sua percepção de como é visto pela sociedade como policial militar. Segundo Poncioni (2003), cada elemento constituinte do grupo é incorporado pela a referência que assume, ou seja, o elemento grupal se torna reproduutor do conhecimento socializado, dessa forma, faz-se e produz o que já é esperado e se reporta ao script idealizador e homogeneizador aprendido.

A segunda categorização corresponde ao grupo de policiais militares que se pensam vistos e considerados de FORMA NEGATIVA pela sociedade (representam 85,83 % do total de 120 questionários respondidos- CATEGORIA 2). Nesta categoria encontramos subcategorias como: CORRUPTO (14), representam 13,59%; REPRESSOR/OPRESSOR (7), representam 6,79%; MALVISTOS (6); INIMIGOS (6); VILÃO (6), representam 5,80%; SEM VALOR (5); ODIADO (5) representam 4,85%; BANDIDO (4)/LADRÃO (4); MAL NECESSÁRIO (4); VIOLENTO (4); e ASSASSINO (4) correspondem 3,88%. Observe as frases prototípicas abaixo:

“Corrupto, violento”

“Inimigo da sociedade”

“Corrupto, assassino, desumano”

“Mau caráter”

“Sem valor”

“Como um nada”

“Como assassino e ladrão por alguns, e como repressor por outros ou como inimigo”

“...por outros, um vilão”

Estas subcategorias foram também vinculadas a grupos societais, como: “Aos que não me conhecem” (CORRUPTO, BANDIDO), “Marginais da lei” (MEDO e AMEAÇA), “Dependendo da camada social” (MALVISTOS), “pela mídia e imprensa” (INIMIGOS DA LEI e MALVISTOS), “pela maioria” (CORRUPTO). Estas associações sugerem que os policiais militares consideram que a mídia influencia na forma como são pensados e vistos pela sociedade ou promove um ruído na interação instituição polícia- sociedade, assim como remonta também seu processo sócio-histórico de formação, conotando a forma como exercem a função polícia, como revemos adiante, o que implica diretamente nas representações semânticas que a sociedade constrói na relação com a instituição. Tal constatação conota a complexidade das especificidades do aparato policial mediante a sociedade contemporânea. Observe as frases prototípicas abaixo:

“...Para a imprensa e os inimigos da lei, como ameaça”

“Aos que não me conhecem, mais um bandido fardado, corrupto...”

Alguns escritos científicos evidenciam o processo de formação e construção das representações sociais da instituição militar, no caso deste estudo a PMERJ. Esses estudos apontam que a PMERJ assumiu novas especificidades na medida em que incorporou como sua práxis laboral o ato de repressão das movimentações sociais civis na época da ditadura (STORANI, 2008). Tal fato somado a outras características subjetivas da própria formação da instituição policial carioca, segundo o autor, contribuiu para se formasse um estigma de que a polícia está associada a repressão das manifestações democráticas civis, ou seja, desviou-se de sua finalidade de instrumento de ordem pública, interferindo em sua função que passa a ser também o de controle social. Dessa forma, uniu-se representativamente ao grifo de tortura e repressão a expressão de liberdade.

A terceira categorização concerne ao que contempla significados relacionados a interpretação sobre a polícia como INSTITUIÇÃO e sua função. Corresponde 20, 83% (25 unidades de registro) e foi dividida em subcategorias, como: AGENTE DA LEI (5), representam 20 %; BARREIRA ENTRE O BEM E O MAL (3); REPRESENTANTE DO ESTADO E DA LEI (3), representam 12 %, e INSTITUIÇÃO DE PREVENÇÃO (2), representa 8 %. Observe as frases prototípicas:

“Como uma máquina do Estado”

“Garantidor da lei e da ordem”

“Representante do Governo”

“...Ferramenta fundamental para garantir a paz na sociedade...”

Esta categoria diz respeito de um pensamento social dos policiais que são vistos e representados de acordo com o trabalho e função que exercem, dessa forma, contempla-se a grande relevância da reflexão por parte dos policiais sobre a representatividade do exercício polícia, uma vez que as representações são construídas nas relações de comunicação como já foi exposto.

Tabela 5: Análise de conteúdo da questão 1

Tabela da questão 1: Como pensa que é visto pela sociedade					
Categoria 1	Quest/%	%	Subcategoria	Unidades de Registro	
De forma POSITIVA	72/60%	26,38%	HERÓI (19)	19	
		13,88%	PROTEGER (10)	10	
		5,55%	RESPEITO (4)	4	
		5,55%	AMADO (4)	4	
		5,55%	EXEMPLO (4)	4	
		4,16%	CORAGEM/DESTEMOR (3)	3	
Categoria 2	103/85,83%	13,59%	CORRUPTO (14)	14	
De forma NEGATIVA		6,79%	REPRESSOR/OPRESSOR (7)	7	
		5,80%	MALVISTOS (6)	6	
		5,80%	INIMIGOS (6)	6	
		5,80%	VILÃO (6)	6	
		4,85%	SEM VALOR (5)	5	
		4,85%	ODIADO (5)	5	
		3,88%	BANDIDO (4) /LADRÃO (4)	4	
		3,88%	MAL NECESSÁRIO (4)	4	
		3,88%	VIOLENTO (4)	4	
		3,88%	ASSASSINO (4)	4	
Categoria 3	25/20,83%	20%	AGENTE DA LEI (5)	5	
Em relação à própria instituição-PMERJ		12%	BARREIRA ENTRE O BEM E O MAL (3)	3	
		12%	REPRESENTANTE DO ESTADO E DA LEI (3)	3	
		8%	INSTITUIÇÃO DE PREVENÇÃO (2)	2	

5.2.2. A compreensão do policial militar sobre o exercício de polícia

Nesta questão pretendeu-se investigar os cognemas que sustentam e edificam as representações sociais dos policiais militares sobre o exercício de sua função, uma vez que é de extrema relevância a compreensão científica dos moldes e funcionamentos representacionais do exercício da função. Compreender os aspectos que sustentam o fazer policial no

representativo social destes, é vislumbrar as características que tornam esse grupo profissional coeso e funcional dentro da sociedade. Pretendeu-se também identificar cognemas que funcionam como vínculos afetivos emocionais que constroem um processo de identificação social dentro do fazer profissional. Esta questão 120 policiais militares responderam e foi categorizada em 3 grandes grupos. Uma categoria (categoria 1) na qual foram agrupados os cognemas que fizessem referência a um **sentimento positivo em relação a função**. Esta categoria correspondeu a 133,33% de unidades de registro do total de 120 respostas, e foi dividida nas seguintes subcategorias: com 12,50% a subcategoria REALIZADO (17-136); com 12,50% a subcategoria HONRADO (17-136); com 8,82% a subcategoria ORGULHOSO (12-136); com 7,35% a subcategoria FELIZ (10-136); com 5,88% a subcategoria BEM (ÓTIMO) (8-136); com 5,14% as subcategorias HERÓI (7-136), SATISFEITO (7-136) e IMPORTANTE (7- 136); e com 4,41% a subcategoria RESPONSABILIDADE (6- 136).

Essa categoria refere-se ao fato de que os policiais atribuem um sentimento ou um pensamento de conotação positiva em relação ao exercício da função polícia, ou seja, 133,33% (136 unidades de registro) dos policiais pensam e suscitam algum cognema positivo quando perguntados sobre sua função enquanto policial militar. Dessa forma, as subcategorias de cognemas, significantes que compõem esta categoria releva um grupo cujo pensamento social sobre o exercício da função é irrigado de cognemas majoritários e institucionalizados, ou seja, compõem o discurso oficial sobre a função polícia, extremamente positivado, como já explicitado anteriormente. Dessa forma, engendra-se um discurso construído que enxuga qualquer reflexão sobre possíveis atravessamentos sócio político que permeie esta função. Os cognemas **honrado, orgulhoso, realizado, feliz** corroboram a afirmativa. Observe as frases prototípicas abaixo:

“Realizado”

“Feliz”

“Bem profissional”

“Servir e proteger”

“Bem, amo a corporação”

A subcategoria **realizado**, subcategoria de maior registro, diz também sobre uma visão, um pensamento social idealizado sobre a função polícia, o que corrobora também com o conceito de que a função polícia não é discutida e flexibilizada em decorrência da necessidade contemporânea social, mas sim foi idealizada e ratifica aspectos históricos de sua formação. Segundo castro (1990), se forma uma lacuna entre o corpo social e o corpo militar, este distanciamento traz a luz de um mecanismo de funcionamento identitário que acontece nas instituições militares, ou seja, estas seriam providas de um espírito de corpo formado através de uma partilha e condições comportamentais que culminam na padronização hegemônica da instituição. Segundo Girardet (2000), o espírito de corpo se manifesta como representações sociais do militarismo que associadas a tantos outros aspectos incorporados compõem e sustentam o funcionamento de uma identidade militar. E é exatamente isso, segundo Berger e Luckmann (1987) que conserva e sustenta o “ethos” militar.

Na categoria 2 foram agrupados e concentrados todos os cognemas que formassem o grupo de **sentimentos negativos** em relação a função polícia. Esta categoria corresponde 15% (apenas 18 unidades de registro) do total de 120 respostas e foi dividida nas seguintes subcategorias: correspondendo 16,66% (cada) as subcategorias CANSADO (3); PREOCUPADO (3); INSEGURO (3) e DESVALORIZADO (3). Apesar desta categoria representar uma porcentagem baixa em relação ao total de unidades de registro dentro desta questão, é de grande importância falarmos sobre o fenômeno, uma vez que é ela que assegura os cognemas que escapam do discurso institucionalizado e até romantizado sobre o exercício de função polícia, e remonta elementos do pensamento social de um subgrupo dentro da amostragem total que suscita aspectos autênticos e genuínos do contexto contemporâneo da polícia militar do Estado do Rio de Janeiro. Observe as frases prototípicas abaixo:

“Me vejo assoberbado de trabalho...”

“...Me sinto frustrado...”

“...Preocupado, podendo ser mais uma vítima da violência que amedronta sociedade...”

“Inseguro”

Estas duas categorias remontam um cenário com dois eixos, um formado por discurso regularizado e outro formado por um discurso autêntico da realidade, no qual a categoria 1 (**sentimentos positivos em relação a função polícia- 133,33%**), justifica um discurso oficializado e idealizado das práticas policiais que encobrem os conteúdos e situações

incontestáveis que formam as práticas policiais, enquanto a categoria 2 (**sentimentos negativos em relação a função polícia- 15%**) são os próprios axiomas reais situacionais que permeiam o pensamento social deste subgrupo. As subcategorias CANSADO (3) e PREOCUPADO são cognemas intrínsecos da realidade das práticas policiais e dos aspectos valorizados erroneamente sobre as características que os policiais militares devem deter ou assumir para cumprir a sua função. Esta perspectiva ascende questões sobre tipificações peculiares que formam e subjetivam as práticas policiais e que escapam da padronização homogênea do discurso transmitido sobre a função policial. Segundo Monjardet (2012), pesquisar sobre os componentes constituintes da cultura policial é complicado, mas todavia de grande relevância e indispensável e isso não acontece somente pelas características peculiares da instituição policial, como também pelos aspectos que a práxis policial enfrenta que são: o público, o perigo e a preocupação com a eficácia do trabalho (SKOLNICK, 1966) é assim, se forma uma personalidade laboral do policial. Monjardet (2012) relata que o policial militar em sua prática laboral já espera um julgamento posterior em relação ao trabalho executado, justamente por ser uma instituição extremamente hierarquizada de essência militar, na qual tem como cerne a disciplina como um pilar orientador da práxis profissional.

Urge uma revisão sistemática das práticas policiais que sejam adaptadas e adequadas resguardando as peculiaridades da sociedade carioca contemporânea, de forma a não exceder e exuberar o corpo policial, uma vez que a questão de segurança pública não se decifra e delibera somente com um corpo policial e suas práticas, não obstante, se assim o fizer, além de transpor os limites genuínos de tais práticas e sobrecarregar o corpo policial como instituição, acarretará desdobramentos severos não só na relação polícia-sociedade, como amontoará questões e situações que excedem e escapam a qualquer prática policial.

Na categoria 3 foram aglomerados todos os cognemas que compusessem uma representação referente à **instituição PMERJ propriamente dita**. Esta categoria representa 26,66% do total de 120 respostas (com 32 unidades de registro). Esta categoria foi dividida nas seguintes subcategorias: correspondendo a 21,87% a subcategoria BEM PROFISSIONAL (7); correspondendo a 9,37% as subcategorias CUMPRIDOR DO DEVER (3), GARANTIDOR DA LEI (3) e AURORIDADE (3); correspondendo a 6,25% as subcategorias ESTADO (2) e TRABALHADOR HONESTO (2). Observe as frases prototípicas abaixo:

“Cumprindo o dever”

“Guardião da lei”

“Representando o Estado”

Percebe-se que todos os elementos de significância que formam esta categoria pertencem ao axioma semântico do pensamento social condizente a instituição PMERJ quando questionados sobre sua função enquanto policial militar. Isso quer dizer que vem ao pensamento elementos que remetem a sua função propriamente dita, entretanto, mediante aos cognemas suscitados, verifica-se arranjos semânticos ainda estanques ao que concerne a própria função, ratificado pela ampla interpretação que pode assumir a subcategoria BEM PROFISSIONAL (7-32). Por exemplo, em relação a subcategoria CUMPRIDOR DO DEVER (3-32), vislumbra-se uma percepção estéril ainda sobre a ímpar função de polícia e suas inúmeras atribuições dentro do programa de segurança pública. É apropriado entender o que abarca e contempla o cognema DEVER e como assume forma e funcionamento, assim como quais são as singularizações e especificações que engendram a função polícia.

Tabela 6: Análise de conteúdo da questão 2

Tabela da questão 2: Como se sente/se vê na função polícia					
Categoria 1	Quest/%	%	Subcategoria	Unidades de Registro	
VINCULADO AO SENTIMENTO POSITIVO	136/113,33%	12,50%	REALIZADO (17)	17	
		12,50%	HONRADO (17)	17	
		8,82%	ORGULHOSO (12)	12	
		7,35%	FELIZ (10)	10	
		5,88%	BEM (ÓTIMO) (8)	8	
		5,14%	HERÓI (7)	7	
		5,14%	SATISFEITO (7)	7	
		5,14%	IMPORTANTE (7)	7	
		4,41%	RESPONSABILIDADE (6)	6	
Categoria 2	18/ 15%	16,66%	CANSADO (3)	3	
VINCULADO AO SENTIMENTO NEGATIVO		16,66%	PREOCUPADO (3)	3	
		16,66%	INSEGURO (3)	3	
		16,66%	DESVALORIZADO (3)	3	
Categoria 3	32/26,66%	21,87%	BEM PROFISSIONAL (7)	7	
EM RELAÇÃO A INSTITUIÇÃO		9,37%	CUMPRIDOR DO DEVER (3)	3	
		9,37%	GARANTIDOR DA LEI (3)	3	
		9,37%	AURORIDADE (3)	3	
		6,25%	ESTADO (2)	2	
		6,25%	TRABALHADOR HONESTO (2)	2	

5.2.3. As representações sociais sobre a PMERJ para os policiais militares

Esta questão buscou esquadrinhar os cognemas de significância que constituem o pensamento representativo dos policiais militares sobre a PMERJ. O intento foi de identificar os elementos de significância que engendram o panorama de funcionamento da PMERJ e que compõem características peculiares desta instituição, possivelmente contribuindo para a formação de uma identidade profissional muito peculiar que remonta o percurso histórico de sua gênese. Esta questão foi respondida por 122 policiais, sendo este equivalente a 100%. Dois policiais se abstiveram de responder.

Esta questão foi dividida nas seguintes categorias: categoria 1: AFETIVA EMOCIONAL (147 unidades de registro) correspondendo a categoria predominante com 120,49%; a categoria 2: TRABALHO (com 26 unidades de registro) correspondendo 26,31% e a categoria 3: INSTITUCIONALIZADA (com 21 unidades de registro) correspondendo 17,21% do total das 122 respostas.

Na categoria 1: AFETIVA EMOCIONAL, foram aglomerados todos os cognemas que se referissem a qualquer sentimento subjetivo em relação a instituição PMERJ, ou seja, sentimentos e pensamentos que não são propriamente em relação a PMERJ em si, mas de projeções afetivas emocionais. Esta categoria foi dividida nas seguintes subcategorias: SONHO com 23 unidades de registro de 147 total da categoria 1, correspondendo 15,64% (maior porcentagem desta categoria); a subcategoria TUDO com 16 unidades de registro, correspondendo 10,88 %; as subcategorias: OBJETIVO ALCANÇADO e VIDA, com 6 unidades de registro, correspondendo a 4,08%; e as subcategorias AJUDAR, IMPORTÂNCIA e RAZÃO DE SER com 5 unidades de registro correspondendo a 3,40%. Observe as frases prototípicas abaixo:

“Tudo”

“Sonho”

“Uma razão de ser”

“Sonho realizado”

“Minha segunda família”

“Representa minha vida inteira”

Esta categoria vislumbra elementos significantes afetivos emocionais subjetivos projetados na figura simbólica da instituição PMERJ. A subcategoria **razão de ser**, ainda compõe uma visão idealizada e estereotipada sobre a PMERJ, tanto que esta subcategoria é a partícula de um verso do Hino da Polícia militar do Estado do Rio de Janeiro. Segundo Pereira e Ferreira (2007), é um pilar semântico que sustenta a figura e a afirmação de ser herói, assim como a ideia de sacrifício para manter esta representatividade vinculada ao pensamento que é nome do dever, cognema constituinte do discurso homogeneizado e padronizado sobre a PMERJ.

Na categoria 2: TRABALHO foram concentrados todos os elementos de significância que fizessem referência a PMERJ com a semântica laboral. Esta categoria foi dividida nas seguintes subcategorias: com 34,61% e 9 unidades de registro, a subcategoria TRABALHO; com 26,92% e 7 unidades de registro a subcategoria ESTABILIDADE; com 23,07% e com 6 unidades de registro, a subcategoria MEIO DE VIDA; e com 15,38% e 4 unidades de registro, a subcategoria SUSTENTO. Observe as frases prototípicas abaixo:

“Estabilidade, meio de vida”

“Estabilidade”

“O meu trabalho, meu sustento”

Como mostram os dados acima, as duas categorias de maior aferição não conotam elementos que demonstrem o cenário genuíno da instituição PMERJ e suas implicações na sociedade contemporânea.

Na categoria 3: INSTITUCIONALIZADA (21 unidades de registro- 21%), foram concentrados todos os cognemas que se referissem semanticamente a instituição ou qualquer cognema que se referisse a PMERJ de forma institucionalizada, ou seja, ao que concerne a instituição. Esta categoria foi dividida nas seguintes subcategorias: com 52,38 % e 11 unidades de registro, a subcategoria INSTITUIÇÃO/CORPORAÇÃO; com 23,80% e 5 unidades de registro, a subcategoria FRONTEIRA ENTRE PAZ E CAOS; com 14,28% e 3 unidades de

registro, a subcategoria BARREIRA ENTRE O BEM E O MAL; e com 9,52% e apenas 2 unidades de registro a subcategoria ORDEM. Observe as frases prototípicas abaixo:

“Uma profissão valorosa”

“...Fronteira entre a paz e o caos”

“Uma instituição de grande valor...”

“...O pilar mais importante entre a paz e o caos”

Os dados sugerem que o contato com o conteúdo de fato sobre a PMERJ e suas complexas composições e atuações acontecem numa decrescente reportando como uma frente oposta a um arquétipo bem delineado homogêneo, enraizado e utópico sobre a PMERJ, sendo este o conteúdo dominante. Além disso, pode indicar uma possível falha no sistema de formação de praças ao que concerne a compreensão conceitual e histórico do aparato policial, uma vez que todos os cognemas que apareceram em relação a instituição em si, compõem a categoria e as subcategorias de menores aferições, contudo, apesar desses elementos de significância terem aparecido, ainda conota um panorama conceitual semântico estanque e paralisante sobre a complexa figura PMERJ e suas práticas. Kant de Lima (2002, apud STORANI, 2008) relata alguns aspectos negativos sobre o ethos militar. Um deles, é o ruído na comunicação com outras instituições sociais e a manutenção da hierarquia militar o que enxuga as possibilidades de atuação policial a resumindo em combates militares. Mediante tal afirmativa, traça-se uma complexa relação entre a instituição militar fechada em hierarquia e subordinada a ordens e o corpo social, entre esses corpos compostas por nuvens simbólicas e funcionamentos, há os policiais militares propriamente ditos, apenas como presença da instituição de referência.

Tabela 7: Análise de conteúdo da questão 3

Tabela da questão 3: O que a PMERJ representa				
Categoria 1	Quest/%	%	Subcategoria	Unidades de Registro
AFETIVA EMOCIONAL	147/120,49%	15,64%	SONHO (23)	23
		10,88%	TUDO (16)	16
		4,08%	OBJETIVO ALCANÇADO (6)	6
		4,08%	VIDA (6)	6
		3,40%	AJUDAR (5)	5
		3,40%	IMPORTÂNCIA (5)	5
		3,40%	RAZÃO DE SER (5)	5
Categoria 2	26/21,31%	34,61%	TRABALHO (9)	9
TRABALHO		26,92%	ESTABILIDADE (7)	7
		23,07%	MEIO DE VIDA (6)	6
		15,38%	SUSTENTO (4)	4
Categoria 3	21/17,21%	52,38%	INSTITUIÇÃO/CORPORAÇÃO (11)	11
INSTITUCIONALIZADA		23,80%	FRONTEIRA ENTRE PAZ E CAOS (5)	5
		14,28%	BARREIRA ENTTE O BEM E O MAL (3)	3
		9,52%	ORDEM (2)	2

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A PMERJ como um aparato de ordem pública urge por reflexões sobre a própria existência e funcionamento contemplando os vetores sócio-históricos, políticos e econômicos que a atravessam. O fato de a instituição policial carioca estar vinculada os vetores de ordens da secretaria do Estado torna ainda mais complexa o funcionamento peculiar da PMERJ, já que o próprio Estado não sustenta e fundamenta a lógica e a necessidade social de um aparato policial como o contemporâneo. Urge o entendimento das características específicas do corpo policial desde sua formação e perpassando pelos ensinamentos morais e simbólicos que o compõem para que se vislumbre os pilares de sustentação cognitiva e semântica que engendram as ações e práticas policiais.

Vale ressaltar a grande relevância de rearranjar os conceitos que perduram, compõem e atravessam a nuvem funcional significante do fazer policial consonando com o próprio cognoscente conceito do aparato policial, ou seja, pelo processo de representação social já exposto neste trabalho, se forma e se consolida, se sedimenta um conceito constituído de algo e este algo, funciona dentro de seu arranjo social formador, que por muitas vezes, não condiz com a proposta de formação de um aparato policial, ou seja, do objeto representado em si, o que fundamenta uma das maiores complexidades simbólicas da PMERJ na contemporaneidade, pois traduz e revela o movimento instituinte de forças políticas, econômicas e sócio histórica no atravessar, no engendar permanente nos processos de subjetivações singulares. Dessa forma, assim como a PMERJ em si carrega forças simbólicas históricas, o sujeito que compõe a instituição policial também é atravessado por processos semânticos subjetivos e sociais que implicam diretamente na singularidade deste e na formação de uma cultura identitária laboral.

A pesquisa objetivou abranger os elementos significantes que compõem as representações sociais dos policiais militares sobre a PMERJ e sobre si, mediante o cenário contemporâneo em que atuam, a fim de suscitar elementos semânticos constituintes do funcionamento da instituição PMERJ, sobre os aspectos identificatórios partilhados e que constituem o sentimento de pertença e sobre as características peculiares do fazer laboral policial da sociedade carioca. Os resultados desta pesquisa desenham um panorama sobre a PMERJ e seus vetores de atuação, assim como sobre os policiais, ramificado em alguns eixos de significância que remontam lócus de complexidades práticas e conceituais no qual

desembocam questões sociais, identificatórias, políticas e econômicas. Alguns desses eixos apresentaram predominância, como por exemplo, há a maior aferição de um discurso simbólico homogeneizado, idealizado tanto sobre a PMERJ quanto sobre as características necessárias para cumprir o exercício de polícia, assim como os elementos de significância partilhados que formam uma personalidade grupal. Esse eixo se revela predominante e se desenha o discurso internalizado sobre o todo, além disso, fazem parte deste eixo, os elementos suscitados como características de unidades de pertença ao grupo e do processo identitário.

No eixo de menor aferição, estão os elementos de significância que remontam o conteúdo simbólico conotando itens da própria realidade dos policiais e que revelam a tamanha complexidade experienciada pelo aparato policial, dentre eles estão: MEDO, CANSACO, DESGASTE, RISCO, o que vislumbra que o padronizado discurso sobre a PMERJ, assim como sobre suas funções e atribuições, não sustentam os vetores contemporâneos que atravessam suas práticas. Dessa forma, o aparato policial tende a sofrer as sérias consequências ao sucumbir totalmente aos vetores de ordem do Estado. Daí a necessidade de se refletir sobre o cenário de atuação e repensar as práticas de intervenção.

É de extrema necessidade política e social a reflexão sobre as características de funcionamento da instituição polícia para assim entender o modelo adotado pelo Estado em relação à segurança pública. Segundo Da Silva (2003), o modelo prevencionista seria aquele em que a sociedade fosse proativa nos programas de segurança pública, no qual o foco deixa de ser os conflitos armados e passam a ser os próprios cidadãos e seu funcionamento social.

Storani (2008) categoriza como práticas que visam manter a ordem pública sob uma lógica de ações reativas, como um conceitual do paradigma militarista. Expõe ainda que sob a ótica deste paradigma as questões de segurança pública seriam resolvidas apenas por confrontos em que os perturbadores da ordem pública fossem cessados.

De acordo com Silva (2003), essa ótica de funcionamento preconiza investimentos bélicos militarizantes e destoa o olhar para a técnica e profissionalismo em si do aparato policial. Ainda de acordo com o autor, é de grande relevância a reflexão sobre o modelo prevencionista, uma vez que é sob este paradigma em que se articulam os vetores que atravessam a questão segurança pública, além de trazer a luz da científicidade a sobrecarga do aparato policial mediante os complexos arranjos políticos e sociais da contemporaneidade.

A pesquisa conota que o funcionamento atual do aparato policial urge por reflexões uma vez compreendido o distanciamento entre o discurso sobre fazer policial, sendo este padronizado, homogeneizado, e as reais possibilidades de intervenções policiais, o que acarreta um uma atribuição para o corpo policial que está para além de apenas e graves intervenções militares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRIC, J. C. **A Theoretical and experimental approach to the study official social representation in a situation of interaction.** In: FARR, R. M; MOSCOVICI, S. Social representations. Cambridge University Press, 1984.

ABRIC, J.C. **Pratiques sociales, representations sociales.** Em ABRIC, J. C. (Org.) Pratiques Sociales et Representations. Paris: Presses Universitaires de France, 1994.

ABRIC, J. C. **A abordagem estrutural das representações sociais.** In: MOREIRA, A. S. P.; OLIVEIRA, D. C. (Orgs.) Estudos interdisciplinares em representações sociais, p. 27-38. Goiânia: AB Editora, 1998.

ABRIC, J. C. **Las representaciones sociales: aspectos teóricos.** In: ABRIC, J. C. (Org.). Prácticas sociales y representaciones. Tradução de José Dacosta Chevrel y Fátima Flores Palacios. México: Ediciones Coyoacán; Ambassade de France – ccc IFAL, 2001.

ABRIC, J. C. **Prácticas Sociales y Representaciones.** Traducion: José da Costa Chevrel y Fátim Flores Palacios. México: Cultura libre, 2001.

ÁLVARO, J. L.; GARRIDO, A. **Psicología social- Perspectivas psicológicas e sociológicas.** Tradução Miguel Cabrera Fernandes. São Paulo: McGraw- Hill, 2006.

BARDIN, L. **L'Analyse de Contenu.** Paris. Presses Universitaires de France, 1977.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo.** Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.

BEATO, C. **Notas sobre um programa de policiamento comunitário.** Belo Horizonte, Crisp: Universidade Federal de Minas Gerais, 2001.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento.** 7^a ed. Petrópolis: Vozes, p. 228, 1987.

BITTNER, E. **Aspectos do trabalho policial.** (PINHEIRO, A. L. A. Trad.). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

BRETAS, M. L. **A polícia carioca no Império. Estudos Históricos.** Vol. 12. n.22: 219-234, 1998.

CAMPOS, H. F.; ROUQUETTE, M. L. **Abordagem Estrutural e Componente Afetivo das Representações Sociais.** Psicologia: Reflexão e Crítica, Vol.16, n. 3: 435-445. 2003.

CAMPOS, C. J. G. **Método De Análise de Conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde.** Rev Bras Enferm, Brasília (DF) set/out; Vol. 57, n.5: 611-4, 2004.

CASTRO, Celso. **O Espírito Militar.** Rio de Janeiro: Zahar, p. 31, 1990.

CONSUL, J. C. **Brigada Militar: Identifique-se! A Polícia Militar revelando sua identidade.** 2005. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do RS. Porto Alegre: PUCRS.

COSTA, N.R. **Ofício de polícia, violência e luta por cidadania em Mato Grosso.** Vol. 18, n.1. São Paulo Perspectiva, 2004.

DA SILVA, Jorge. **Segurança Pública e Polícia: criminologia crítica e aplicada.** Rio de Janeiro: Editora Forense, 2003.

DESCHAMPS, J. C; MOLINER, P. **Identidade em psicologia social: dos processos identitários às representações sociais.** Tradução de Lúcia M. Endlisch Orth. Petrópolis: Vozes. Coleção psicologia Social, 2009.

DOISE, W. **L' explication em psychologie sociale.** Paris: PUF, 1982.

DOISE, W.; CLEMENCE, A.; LORENZI-CIOLDI, F. **The quantitative analysis of social representations.** Hempel Hempstead: Harvester Wheatsheaf, 1993.

DONICCI, V. L. **Policia, Guardiã da Sociedade ou Parceira do Crime: um estudo de criminologia.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

FERREIRA, Roberto César Medeiros; PEREIRA, Íbis Silva. **Identidade e Valor: reflexões acerca do Etos Policial Militar.** 2007. 168 f. Monografia - Curso Superior de Polícia Integrado, Escola Superior de Polícia Militar, Niterói.

FEYRABEND, P. **Contra o método.** São Paulo: Unesp, 2007.

FLAMENT, C. **As representações sociais.** Em JODELET, D (Org). Rio de Janeiro, EdUERJ, 2001.

GIRARDET, Raul. **A Sociedade Militar: de 1815 aos nossos dias** (José Lívio Dantas trad.). Rio de Janeiro: Bibliex, p 73, 2000.

GUIMARÃES, Luiz Antônio Brenner. **Valores institucionais, a prática policial militar e a cidadania.** Revista Unidade, Porto Alegre, nº 41, p.45-85, Jan a Mar, 2000. Disponível em: <<http://www.comunidadessegura.org.br/files/A%20pratica%20policial%20e%20a%20cidadania.pdf>>. Acesso em 20/10/2019.

GUIMARÃES, J. G., TORRES, A. R. R.; FARIA, M. R. G. V. **Democracia e violência policial: O caso da polícia militar.** Psicologia em Estudo, Maringá, Vol. 10, n.2, p. 263-271, 2005.

HOLLOWAY, T. H. **Policia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

JODELET, D. **Representations sociales: un domaine en expansion.** Em D. Jodelet (Org.) *Les Representations Sociales*. Paris: Presses Universitaires de France, 1989.

JODELET, D. **Representações sociais: um domínio em expansão.** In D. Jodelet (Org), As representações sociais (L.Ulup, trad, pp. 17-44). Rio de Janeiro: Ed. UERJ (Trabalho original publicado em 1989), 2001.

JUSTO, A. M.; CAMARGO, B. V. **Estudos qualitativos e o uso de softwares para análises lexicais.** Em: NOVIKOFF, C.; SANTOS, S. R. M.; MITHIDIERI, O. B. (Orgs.). Caderno de artigos: X SIAT & II Serpro, 2014: Duque de Caxias, Rio de Janeiro, p. 37-54. Duque de Caxias: Universidade do Grande Rio “Professor José de Souza Herdy” - UNIGRANRIO, Caderno digital disponível em: <<https://lageres.wordpress.com/>>.

KÖCHE, J. C. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa.** 15. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

MANNING. **Information technologies and the police.** In TONRY, M.; MORRIS, N. Modern policing. The University of Chicago presses, Chicago, 1992.

MINAYO, M. C. S., SOUZA, E. R.; CONSTANTINO, P. (coords). **Missão prevenir e proteger: condições de vida, trabalho e saúde dos policiais militares do Rio de Janeiro** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ. 328 p. ISBN 978-85-7541-339-5. Available from SciELO Books <http://books.scielo.org>, 2008.

MINAYO, M. C. S. **Conceitos, teorias e tipologias de violência: a violência faz mal a saúde.** In: NJAINE, K.; ASSIS, S. G. de; CONSTANTINO, P. Impactos da Violência na saúde. Rio de Janeiro: EAD/ENSP. p. 21-42, 2013.

MINAYO, M. C. S.; ADORNO, S. **Risco e (in)segurança na missão policial.** Ciência & Saúde Coletiva, Vol.18, n.3, p.585-593, 2013.

MOLINER, P. **Les homosexuels et la sida. Sociologie d' une epidémie.** Paris: Metailie, 1988.

MONJARDET, D. **O que faz a polícia: Sociologia da força pública.** (M. A. L. de Barros, Trad.), 1 ed. 1 reimp. São Paulo: Editora da universidade de São Paulo, 2012.

MONTANDON, A. M. A.; RIBEIRO, L. M. **O que os policiais querem dizer com ‘policiamento comunitário’: Uma análise dos discursos dos oficiais da PMERJ.** DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, Vol. 7, n.2, p. 233-260, 2014.

MOSCOVICI, S. **A psicanálise, sua imagem e seu público.** (S. Fuhrman, Trad). Petrópolis: Vozes, 2012.

MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise.** (A. Cabral, Trad.). Rio de Janeiro: Zahar. (Trabalho original publicado em 1961), 1978.

MUNIZ, Jaqueline. **O direito dos outros e os outros direitos. Um estudo sobre negociações de conflitos nas DEAMs do Rio de Janeiro.** In: SOARES, Luís Eduardo et al. Violência e Política no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Relume Dumará/ISER, 1996.

MUNIZ, J. “**Ser Policial é, Sobretudo, uma Razão de Ser**”: Cultura e Cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Tese apresentada ao Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Ciência Política – IUPERJ, 1999.

MUNIZ, J. **A Crise de Identidade das Polícias Militares Brasileiras: Dilemas e Paradoxos da formação Educacional.** Security and Defense Studies Review, Washington, Vol. 1, p. 177-198, Mai/2001. Disponível em: <<https://digitalndulibrary.ndu.edu/cdm/compoundobject/collection/chdspubs/id/6599/rec/>>. Acesso em: 15/12/2019.

NOBRE, C. **O negro na polícia militar: Cor, crime e carreira no Rio de Janeiro.** 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2010.

ODALIA, N. **O que é violência.** 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

OLIVEIRA, D. D.; MARQUES, S. C.; GOMES, A. M. T.; TEIXEIRA, M. C. T. V.; AMARAL, M. A. D. **Análise das evocações livres: uma técnica de análise estrutural das representações sociais.** In: Moreira, A. S. P. (org.). Perspectivas teórico-metodológicas em representações sociais. João Pessoa: UFPB/ Editora Universitária, p. 573-603, 2005.

PINHEIRO, P. S.; ALMEIDA, G. A. de. **Violência urbana.** São Paulo: Publifolha, 2003.

PONCIONI, P. Tornar-se policial: a construção da identidade profissional do policial no Estado do Rio de Janeiro. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2003.

PONCIONI, P. O modelo policial profissional e a formação profissional do futuro policial nas academias de polícia do Estado do Rio de Janeiro. Sociedade e Estado. Brasília, v. 20, n. 3, p. 585-610, 2005.

RATINAUD, P. IRAMUTEQ: Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires [Computer software]. Retrieved from <http://www.iramuteq.org>. 2009.

ROCHA, L. F. Teoria das representações sociais: a Ruptura de Paradigmas das Correntes Clássicas das Teorias Psicológicas. Psicologia: Ciência e profissão/ Conselho Federal de psicologia. Brasília, Distrito Federal. ABEC, Vol. 34, n. 1, 2014.

SÁ, C. P. de. Núcleo central das representações sociais. Petrópolis, RJ, vozes, 1996.

SILVA, A. V. V. da. Representação social da PMERJ por policiais militares em tempos distintos de serviço na corporação. Segurança pública e cidadania. Brasília, vol. 5, n. 2, p. 19-32, 2012.

SILVA, M. B. da; VIEIRA, S. B. O processo de trabalho do Militar estadual e a saúde mental. Saúde Soc. São Paulo, Vol.17, n. 4, p.161-170, 2008.

SKOGAN, W. G. “An Overview of Community Policing: Origins, Concepts and Implementation”. In: WILLIAMSO, T. (org). The Handbook of Knowledge-based Policing: Current Conceptions and Future Directions. Chicago, John Willey & Sons, p. 43-57, 2008.

SOARES, L. E. A Política Nacional de Segurança Pública: histórico, dilemas e perspectivas. Estud. av., São Paulo, Vol. 21, n.61, 2007.

SOUZA, D. B. **Representações sociais sobre indisciplina em sala de aula dos professores iniciantes da rede municipal de Presidente Prudente – SP: Implicações para a formação inicial.** Dissertação de mestrado. Faculdade de ciência e tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, São Paulo, 2005.

STORANI, Paulo. “**Vitória sobre a morte: a glória prometida”; o “rito de passagem” na construção dos Operações Especiais do BOPE.** 169 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

VALA, J. **Representações Sociais E Psicologia Social Do Conhecimento Quotidiano.** In: VALA, J. MONTEIRO, Maria Benedicta (Org). Psicologia Social. 7ª ed. Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian, 2006.

VERGÈS. P. **A evocação do dinheiro: Um método para a definição do núcleo central de uma representação.** In Perspectivas teórico-metodológicas em representações sociais. Moreira, Camargo, Jesuíno & Nóbrega (orgs). Editora universitária- UFPB. João pessoa, Paraíba, Brasil, 2005.

WACHELKE, J.; WOLTER, R. **Critérios de Construção e Relato da Análise Prototípica para Representações Sociais.** Psicologia: Teoria e Pesquisa. Out-Dez, Vol. 27, n. 4, p. 521-526, 2011.



Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário, em uma pesquisa. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine no final deste documento.

Título do Projeto de Pesquisa: As Representações sociais do Policial sobre a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.

Pesquisadores Responsáveis: Jéssica Farias Nevôa, telefone (21) 96459-5656.

Pretende-se identificar os elementos que formam e constroem as representações sociais dos policiais militares, mantendo sua identidade em sigilo. Todas as perguntas são relacionadas ao tema da pesquisa. Desse modo, entende-se que o risco em participar é mínimo. Entretanto, se por algum motivo se sentir desconfortável com os procedimentos realizados, poderá pedir para sair da pesquisa a qualquer momento. Se sentir necessidade de mais esclarecimentos, a pesquisadora estará disponível para atendê-lo (a). Será distribuído um questionário sobre representação social do policial militar dividido em duas partes. Os dados e os instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com a pesquisadora por um período de 5 (cinco) anos, e após esse tempo serão destruídos. Esse Termo será fornecido em duas vias de acordo com a Resolução 466/12, do Conselho Nacional de Saúde, uma fica com a pesquisadora e a outra será fornecida a você. Caso não queira mais fazer parte da pesquisa, você poderá deixá-la sem qualquer prejuízo pessoal, entrando em contato pelos telefones acima citados. A sua participação não implicará em qualquer despesa financeira. Havendo necessidade será possível entrar em contato com o Comitê de Ética da UFRRJ, pelo telefone (21) 26821201. Você poderá ter acesso aos resultados da pesquisa através de sua publicação científica ou solicitando à pesquisadora. Os resultados dessa pesquisa deverão ser publicados em forma de artigo científico e/ou divulgados em encontros científicos, resguardando a privacidade do participante. O resultado deverá ser divulgado de forma que venha auxiliar a produção científica sobre as representações sociais do policial sobre a Polícia Militar. Por favor, pergunte, caso tenha qualquer dúvida com relação à pesquisa.

Jéssica Farias Nevôa- Mestranda

Doutor Denis Naiff- Orientador

Eu,

(Nome do participante da pesquisa)

Estou ciente das informações dadas acima e concordo em ser participante desta pesquisa.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de 2019.

Assinatura do Participante



Instrumento de Representações Sociais

Idade:_____ Função:_____

Este questionário é composto por questões de representações sociais objetivando a compreensão científica dos conteúdos semânticos e simbólicos representativos da sua profissão. Responda de acordo com o que você sente e pensa.

1- Escreva cinco palavras que lhe vêm imediatamente à lembrança em relação a ser policial e depois enumere da mais para menos importante.

()_____

()_____

()_____

()_____

()_____

2- Escreva cinco palavras que lhe vêm imediatamente à lembrança em relação à PMERJ e depois enumere da mais para menos importante.

()_____

()_____

()_____

()_____

()_____

3- Escreva cinco palavras que lhe vêm imediatamente à lembrança em relação a um amigo de corporação (PMERJ) e depois enumere da mais para menos importante.

()_____

()_____

()_____

()_____

()_____

4- Escreva cinco palavras que lhe vêm imediatamente à lembrança em relação ao trabalho/ função dos policiais militares e depois enumere da mais para a menos importante.

()_____

()_____

()_____

()_____

()_____

6- Como você pensa que é visto pela sociedade enquanto policial militar?

Resp:

7- Como você se sente/ se vê no exercício de polícia?

Resp:

8- O que a polícia militar representa para você?

Resp:

Escala de Identidade Social (ETIS)

Este é um instrumento científico que avalia a identidade social em relação ao exercício profissional. Lembre-se que você NÃO está sendo identificado e que esta pesquisa NÃO tem pretensões institucionais, e sim, científicas. Suas respostas devem ser feitas de 1 a 5, QUANDO **1 SIGNIFICA DISCORDO TOTALMENTE** E **5 CONCORDO TOTALMENTE**. Segue abaixo uma legenda caso você precise.

1. Discordo totalmente
2. Discordo parcialmente
3. Indiferente
4. Concordo parcialmente
5. Concordo totalmente

<u>ETIS</u>	1	2	3	4	5
1- Eu estou contente por ser um policial.					
2- Ser um policial é uma parte importante de quem eu sou.					
3- Em minha vida diária, eu frequentemente penso sobre o que significa ser um policial.					
4- Em um grupo de policiais, eu realmente sinto que pertenço a esse grupo.					
5- Eu encontro dificuldades em formar vínculos com outros policiais.					
6- Eu frequentemente me arrependo de ser um policial.					
7- Eu frequentemente penso sobre o fato de que sou um policial.					
8- Eu não me sinto “conectado” com outros policiais.					
9- Eu não me sinto bem em ser um policial.					
10- Eu normalmente não estou consciente do fato de que sou um policial.					

11- Eu realmente me ajusto bem quando estou entre policiais.				
12- Eu sinto fortes vínculos com outros policiais.				
13- Eu tenho muito em comum com os demais policiais.				
14- Eu me sinto bem quando eu penso sobre mim mesmo como um policial.				
15- Ser um policial tem pouco a ver como eu me sinto sobre mim mesmo.				
16- O fato de que eu sou um policial raramente entra em minha mente.				
17- Ser um policial é um importante reflexo de quem eu sou.				
18- Às vezes tenho sentimentos ruins só de pensar sobre o fato de que eu sou um policial.				

Autorização do Centro de Assuntos Estratégicos- CAES



**POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
COORDENADORIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS – CAEs**

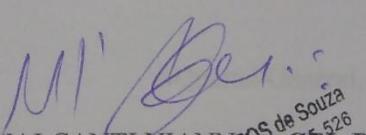
DESPACHO Nº 035-CAEs / 2018

(Referência: DESPACHO Nº 04/CAEs/EPD/2018)

Assunto: Solicitação de autorização para realizar pesquisa que visa entender as representações sociais do policial militar. Para tanto serão realizadas entrevistas com 100 (cem) policiais militares, distribuídos em tanto em unidades operacionais como administrativas da corporação.

1. Ciente em 021700FEV2018;
2. Este Coordenador AUTORIZA a realização da referida pesquisa.

Quartel General, em 02 de fevereiro de 2018.


ROBERTO CAVALCANTI VIANA
Coordenador de Assuntos Estratégicos
ID 24151971

Alexandre CAMPOS de Souza
TEN/CEP/PM
RC/CEP/526
Data: 24/02/2018
Assunto: Autorização para realização de pesquisa



**POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
COORDENADORIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS - CAEs**

DESPACHO N° 04/CAEs/EPD/2018

Assunto: Solicitação de autorização para realizar pesquisa que visa entender as representações sociais do policial militar. Para tanto serão realizadas entrevistas com 100 (cem) policiais militares, distribuídos em tanto em unidades operacionais como administrativas da corporação.

Ao sr. Subcoordenador da CAEs,

O desenvolvimento da pesquisa não acarreta nenhum dano ou ônus à corporação. A candidata apresentou todos os documentos exigidos em BOL PM 021 de 31JAN2017 e BOL PM 053 de 21MAR2017. Diante disso, recomendo a aprovação da proposta de pesquisa.

Quartel General, 02 de fevereiro de 2018

Ana Maria A. Montandon.
Ana Maria Alemão Montandon – ID 50.762.354
Escritório de Pesquisa e Desenvolvimento - CAEs